

Subscritores do Manifesto da Marcha Nacional pela Educação alargam movimento pela Escola Pública

- Federação Nacional dos Professores
- Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
- Confederação Nacional de Associações de Pais
- Sindicato dos Professores da Região Centro
- Movimento dos Utentes dos Serviços Públicos
- Sindicato dos Professores da Grande Lisboa
- Sindicato Nacional dos Trab. da Administração Local
- Ass. de Estud. da Esc. Sec. de Jaime Cortesão - Coimbra
- Movimento da Escola Moderna
- Federação dos Sindicatos dos Trab. da Função Pública
- Sindicato dos Trab. da Função Pública do Sul e Açores
- Sindicato dos Trab. da Função Pública do Centro
- Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte
- Conselho Português para a Paz e Cooperação
- Sindicato dos Professores do Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Sul
- Ass. de Estud. da Escola Secundária D. Manuel I - Beja
- Associação Portuguesa de Deficientes
- Sindicato dos Professores da Região Açores
- Sindicato dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores no Estrangeiro
- União dos Sindicatos de Lisboa
- Sindicato dos Enfermeiros Portugueses
- Liga Operária Católica
- Sindicato dos Inspectores da Educação e do Ensino
- Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra
- Associação Académica da Universidade do Minho
- Movimento Unitário da Luta Académica
- Ass. Acad. do Inst. de Contab. e Administração de Aveiro
- Ass. de Estud. da Escola Sec. José Estevão, Aveiro.
- Ass. de Estud. da Escola Secundária de Carregal do Sal.
- Ass. de Estud. da Esc. Secundária Rodrigues Lobo, Leiria
- Ass. de Estudantes da Escola Secundária da Lousã
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária Alfredo dos Reis Silveira do Seixal.
- Federação de Setúbal das Associações de Pais
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 n.º 3 da Cova da Piedade.
- Associação de Professores de Viseu - PROF
- União dos Sindicatos do Porto
- União dos Sindicatos de Aveiro.
- União dos Sindicatos de Coimbra
- União dos Sindicatos da Figueira da Foz
- União dos Sindicatos de Bragança
- Federação dos Sindicatos de Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal
- Sindicato dos Trabalhadores de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro
- Sind. dos Trab. de Hotelaria, Turismo e Similares do Norte
- Sind. dos Trab. das Indústrias de Alimentação do Norte
- Sindicato Trabalhadores da Indústria Têxtil, Lanifícios e Vestuário do Centro
- Sindicato dos Médicos da Zona Centro
- Sindicato dos Trabalhadores Indústrias Cerâmicas, Construção, Madeiras e Cimentos da Região Centro
- Sindicato dos Fisioterapeutas Portugueses
- Sindicato dos Trab. das Indústrias Eléctricas do Centro
- Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações
- Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audio Visual
- Sind. Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário
- Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro
- Sindicato dos Trabalhadores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Norte
- Sind. dos Trabalhadores de Indústrias Alimentares do Norte
- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Bebidas
- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria, Metalúrgica e Metalomecânica dos Distritos de Coimbra e Leiria
- Sindicato dos Trabalhadores de Comércio, Escritório e Serviços de Portugal
- Sindicato dos Trabalhadores dos Serviços de Portaria Vigilância e Limpeza
- Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Indústria de Papel, Gráfica, Celulose e Imprensa
- Sindicato Têxtil de Aveiro
- Sind. dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Norte
- Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte

- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares da Região Norte
- Sindicato Nacional dos Trabalhadores e Técnicos da Agricultura, Florestas e Pecuária
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Sul e Tabacos
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul
- Sindicato dos Trabalhadores de Calçado, Malas, Componentes, Formas, e Afins do Minho e Trás-os-Montes
- Sindicato dos Trabalhadores de Vestuário do Porto
- Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Mad., Marm. e Pedreiras, V. do Castelo
- Sindicato dos Trabalhadores da Construção Mad., Marm., Ped., Cer., Mat., Const., do Norte
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa, Braga
- Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social
- Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários e Urbanos de Viana do Castelo
- CESNorte, Porto
- CESNorte, Viana do Castelo
- CIG-Ensino (Confederação Intersindical Galega)
- Direcção Regional do STAL, Bragança
- Sociedade Ibérica Pedagógica Social
- Associação Empresarial de Paços de Ferreira (AEPF)
- Jornal "A Voz da Póvoa"
- Rádio Foz de Ave
- Movimento Democrático de Mulheres (MDM)
- Teatro de Vilarinha "Pé de Vento", Porto
- Agrup. de Escolas "Terras Baixas Neiva", Esposende
- Agrupamento de Escolas Airães, Felgueiras
- Agrupamento de Escolas de Celeiros
- Agrup. de Escolas de Gandarela, Cab. Baixo - Guimarães
- Agrupamento de Escolas do Vale de Este, Farnalhão
- Agrupamento de Escolas Domingos Capela, Espinho
- Agrupamento de Escolas Trigal Santa Maria, Tadmim
- Agrupamento de Escolas Vale S. Torcato, Guimarães
- Agrup. Vertical de Escolas Júlio Saúl Dias, Vila do Conde
- Agrupamento Vertical de Escolas de Lobão, Feira
- Associação Daido-Juku, Mindelo
- Associação de Estudantes da ES/3 D. Afonso Henriques, Santo Tirso
- Associação de Pais e Encarregados de Educação EB 1S Vera Cruz (APEVEC), Aveiro
- Assoc. de Solidariedade Social João Paulo II, Felgueiras
- Esc. Básica 2,3 Dr. Flávio Gonçalves, Póvoa do Varzim
- Escola Básica 2,3 D. Sancho II, Alijó
- Esc. Básica 2,3 Prof. Dr. Carlos Alberto F. Almeida, Feira
- Escola Básica 1, Aves - S. Tomé Negrelas, Santo Tirso
- Escola S/3 Dr. Serafim Leite, S. João da Madeira
- Escola S/3 Dr. Bento da Cruz, Montalegre
- Escola S/3 de Monção
- Junta de Freguesia de Abreiro, Mirandela
- Junta de Freguesia de Aóres S. Romão, Guimarães
- Junta de Freguesia de Aveleda, Vila do Conde
- Junta de Freguesia de A-Ver-O-Mar, Póvoa do Varzim
- Junta de Freguesia de Avintes, Porto
- Junta de Freguesia de Campelo, Baião
- Junta de Freguesia de Esperança, P. Lanhoso
- Junta de Freguesia de Friastelas, Ponte de Lima
- Junta de Freguesia de Góios, Barcelos
- Junta de Freguesia de Gondizalves, Braga
- Junta de Freguesia de Guilhadeses, Monção
- Junta de Freguesia de Insalde, Paredes de Coura
- Junta de Freguesia de Lousada S. Miguel, Penafiel
- Junta de Freguesia de Marecos, Penafiel
- Junta de Freguesia de Marinhais, Póvoa do Varzim
- Junta de Freguesia de Melgaço, Monção
- Junta de Freguesia de Póvoa, Ponte de Lima
- Junta de Freguesia de S. Pedro da Cova, Porto
- Junta de Freguesia de Sande - S. Martinho, Guimarães
- Junta de Freguesia de Sanfins, Monção
- Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, V. do Castelo
- Junta de Freguesia de Seixo de Ansiães, C. de Ansiães
- Junta de Freguesia de Touguinhó, Vila do Conde
- Junta de Freguesia de Vale de Mendiz, Alijó
- Junta de Freguesia de Valença, Monção
- Junta de Freguesia de Vascões, Paredes de Coura
- Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho, Porto

- Junta de Freguesia de Vilar do Pinheiro, Vila do Conde
- Junta de Freguesia de Vilarinho, Caminha
- Junta de Freguesia de Vilarinho de S. Romão, Sabrosa
- Junta de Freguesia de Monforte
- Câmara Municipal de Mora
- Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral (APPC)
- Associação Académica da Universidade do Algarve
- Associação de Estudantes da ESE de Portalegre
- Associação de Estudantes da ESE de Viseu
- Federação das Associações de Pais do Distrito de Beja
- Juventude Socialista
- Junta de Freguesia de Vila Verde de Ficalho
- Câmara Municipal de Serpa
- Câmara Municipal de Vendas Novas
- Associação de Estudantes da Universidade de Évora
- Junta de Freguesia do Sado - Setúbal
- Junta de Freg. da Nossa Sr.ª da Anunciada - Setúbal
- Junta de Freguesia de São Sebastião - Setúbal

Assinaturas individuais:

- José Antonio Caride Gómez, Presidente da Sociedade Ibérica de Pedagogia Social
- Dr. Armando Gonsalves, Médico - Director do Serviço de Cardiologia do Centro Hospitalar dos Covões, em Coimbra
- Dr. Jorge Gouveia Monteiro, Jurista - Vereador da C.M. Coimbra
- Dr. António Arnaud, Advogado
- Dr. Mário Campos, Médico - antigo jogador da A.A.C.
- Professor Amadeu Carvalho Homem, Professor Catedrático da Universidade de Coimbra.
- Dr. Campos Coroa Médico, ex-Presidente da A.A.C. - OAF.
- António Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de Torres do Mondego, em Coimbra
- José Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de Souselas, em Coimbra
- Jorge Mendes, Presidente da Junta de Freguesia do Ameal, em Coimbra
- Carlos Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Viegas, em Coimbra
- João Mateus, Presidente da Junta de Freguesia de Assafarge, em Coimbra
- Jorge Veloso, Presidente da Junta de Freguesia de Ribeira de Frades, em Coimbra
- José Carlos Clemente, Presidente da Junta de Freguesia de São Bartolomeu, em Coimbra
- António Fausto Matos, Presidente da Junta de Freguesia de Vil de Matos, em Coimbra
- Fernando Tenente, Presidente da Junta de Freguesia de Cernache, em Coimbra
- Horácio Santiago, Presidente da Junta de Freguesia de Ceira, em Coimbra
- Eng. José Miguel Pacheco, Engenheiro Agrónomo - membro do Conselho Nacional do Partido Ecologista "Os Verdes"
- Armindo Miranda, Trabalhador Bancário, membro da Comissão Política do Partido Comunista Português
- Eng. Margarida Viegas, Engenheira Informática da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
- António Moreira, Coordenador da U.S. Coimbra
- José António Monteiro Viegas, Presidente da UCAPES - União Concelhia das Associações de Pais do Seixal
- Dr.ª Engrácia Luz Rebelo Fonseca Castro, Pro.ª do Ens. Sec. - Directora do Centro de Formação de Associações de Escolas de Viseu
- José Catarino, Coordenador Distrital do STAL - Guarda
- Maria do Carmo Borges, Professora - Presidente da Câmara Municipal da Guarda
- Nuno Filipe Lopes da Silva, Presidente da Associação Académica do Inst. Politécnico da Guarda
- José Grilo dos Santos, Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas de Sequeira - Guarda
- Vítor Hugo Salgado, Presidente da Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra
- Professor Doutor José Barata Moura, Univ. de Lisboa
- Professor Doutor João Sousa Lopes, Faculdade de Ciências de Lisboa
- Rui Mendes, Actor
- João Manuel Rocha da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Serpa
- Augusto Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira

JORNAL DA FENPROF

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

DIRECTOR: Paulo Sucena Nº 191 FEVEREIRO 2004 € 0.50



Marcha Nacional pela Educação

O futuro exige que esta acção continue, se alargue e fortaleça

Pág. 6

FENPROF apresentou provas Secretário de Estado da Administração Educativa mentiu aos deputados



Educação e Ensino Especial
FENPROF entrega Parecer muito crítico

DUAS PALAVRAS

Assim não, Sr. Ministro!

A educação é em si mesma a base alicerçante e estruturante de uma sociedade. Sabe-se que só com a Educação a sociedade se valoriza; só a educação permite que as pessoas possuam um vasto conjunto de saberes que vão desde o domínio cognitivo-intelectual ao domínio puramente técnico-prático; só a educação permite que as pessoas cresçam e convivam adquirindo um melhor conhecimento da Realidade, construindo um saber capaz de se posicionar criticamente em relação ao Mundo. Os Governos e governantes, atentos e com sentido de estado, desde sempre sentiram que a educação é tarefa imprescindível à construção do Bem Social, e que uma sociedade sustentada no conhecimento e no saber será mais Democrática, mais Livre, mais Solidária, mais Justa, e porque não dizê-lo, será mais produtiva permitindo ao país o seu efectivo desenvolvimento.

O desenvolvimento de um país, hoje em dia, é visto (de uma forma muito simplista) pela produtividade e competitividade. Estes dois conceitos estão, a meu ver, directamente relacionados com o grau de habilitações profissionais tanto dos trabalhadores como dos empresários, estão directamente relacionados tanto com as competências profissionais na construção de um produto, como do modelo e modos de gestão empresarial.

É neste sentido que podemos reflectir sobre as políticas da educação que têm sido desenvolvidas em Portugal. Em termos gerais essas políticas não possuíram uma orientação estratégica de valorização do papel da escola na sociedade. E hoje, com as políticas deste Governo, mais se acentua esse desinteresse e desinvestimento da Educação / Formação.

Para se valorizar a educação, há, primeiro, que prestigiar e dignificar o papel dos agentes educativos, que são na primeira instância os professores, porque são eles os elos fundamentais da cadeia que conduz a sociedade para o progresso; são os professores os promotores do desenvolvimento, são a força motriz, os actores privilegiados que orientam para a mu-

dança. Sem eles qualquer reforma/alteração será infrutífera. Há que valorizar o papel da escola, escola livre e democrática, solidária e verdadeiramente integrativa, escola onde existe um sentimento de pertença comum, verdadeira escola comunidade. Espaço Comum de professores, alunos, funcionários, técnicos, pais,... que partilhem todos o mesmo espírito, o da vivência comum e da aprendizagem mútua.

Ora, esta ideia não se constrói com políticas que pretendem:

- Destruir o verdadeiro papel do professor, transformando-o num simples "funcionário" da educação;

- Construir um modelo empresarial nas escolas como se fossem simples fábricas fazedoras de "produtos";

- Criar modos de gestão profissional, sem a intervenção democrática de toda a comunidade educativa;

- Ver a escola como um simples local onde a vertente "relação financiamento/produto conseguida" é mais importante do que todas as aprendizagens e relações vivenciadas;

- Continuar com escolas sobrelotadas de alunos e instalações sem as condições mínimas para o trabalho pedagógico;

- Continuar com turmas com número exagerado de alunos, inviabilizando o processo ensino aprendizagem;

- Continuar com milhares de professores em situação precária de emprego;

- Continuar com milhares de professores no desemprego;

- ...

Assim não Sr. Ministro! Assim não se valoriza a educação, não se entusiasma a mudança, não se constrói a sociedade que todos queremos no futuro. Por isso Sr. Ministro, ouça os professores, ouça a escola, a comunidade educativa, ouça quem representa a classe docente e partilhe verdadeiramente, sem demagogias e autismos, o sentido de mudança. |

Fernando Vicente



DIA 11 DE MARÇO GRANDE PROTÉSTO NACIONAL

Dia 11 de Março os trabalhadores portugueses, onde, naturalmente, se incluem os professores e educadores, voltam à rua para exigir uma política alternativa o que, no momento presente, passa pela existência de uma alternativa política que todos nós temos de ajudar a construir.

A política geral do Governo, as suas medidas para a Administração Pública e as propostas que apresenta para a Educação merecem, da generalidade dos docentes, o mais vivo repúdio. Outra não poderia ser a nossa posição face ao congelamento dos salários, às novas regras de aposentação, aos regimes de avaliação e contratação que o Governo quer aplicar, ao aumento do desemprego que são, entre outros, alguns dos traços mais visíveis daquela política muito negativa do actual Governo.

Neste dia os professores, educadores e investigadores portugueses devem estar presentes na luta contra estas políticas, nas capitais de distrito, em todas as localidades em que os Trabalhadores saírem à rua.

SUMÁRIO

23 de Janeiro - uma grande Greve Contra a política do Governo para a Administração Pública e para o País	4
Marcha Nacional pela Educação O futuro exige que esta acção se alargue e fortaleça	6
Constituição de Agrupamentos de Escolas Ministério da Educação violou a Lei	10
Contratados e desempregados Desenvolvimento do País precisa de todos!	13
Contra-reforma na Educação Especial Acabar com a Escola Inclusiva é objectivo do Governo	14
Dignificação da profissão docente O porquê de dizer não à criação da Ordem dos Professores	18
Plataforma para a acção imediata aprovada no 10º Congresso da CGTP-IN As prioridades da intervenção sindical	20
Educação Factor estratégico para o desenvolvimento	22
Simpósio Internacional "Ciência, Conhecimento e Mercado"	24
Iniciativa em Lisboa no dia 20 de Março "Pela Paz, contra a guerra e a ocupação do Iraque"	26
Janela Aberta "Emigração, integração e emprego"	28
Agenda Cultural	30

23 de Janeiro- uma grande Greve

Contra a política do Governo para a Administração Pública e para o País

Durão Barroso anunciou recentemente, com um extraordinariamente insólito e despropositado oportunismo, os resultados da sua política económica. Convoçou para as 13.00 horas de 20 de Fevereiro os órgãos de comunicação social e, ladeado pelos responsáveis das finanças portuguesas, anunciou que Portugal tinha conseguido, afinal, baixar o défice público para 2,8%. Ou seja, Portugal poderia dizer ao mundo e o Governo aos seus adversários que não aceitam que se continue a dar mais crédito ao que especialistas nacionais e internacionais, organizações idóneas no mundo das finanças e comentadores em matéria económica dizem, não acreditando nas palavras dos seus governantes, muito particularmente da Dra Manuela Ferreira Leite.



Porém, o primeiro ministro português, não referiu que as contas agora apresentadas não são mais do que uma retocada operação de cosmética em que é difícil acreditar. Manipulação de números à custa da quebra do investimento público, da privatização do capital do Estado, de receitas extraordinárias, que mais não fazem do que esconder o défice real do país, não podem merecer qualquer credibilidade e, só por isso, se justifica, então, que Barroso tenha sentido a necessidade de se pôr em bicos dos pés para pedir ao país o favor de confiar nele e no seu governo.

O descrédito em que caiu o executivo, a falta de confiança política na sua governação e o conjunto de medidas tomadas que não sugerem qualquer medida de combate à recessão, antes preferem atacar os trabalhadores, os seus direitos, as suas carreiras profissionais e os seus salários, estiveram na base da convocação da Greve Nacional da Administração Pública de 23 de Janeiro.

Uma greve que foi uma das maiores manifestações de descontentamento dos trabalhadores da administração pública com a política social, laboral e económica de um governo no pós-25 de Abril. Alguns comentadores afirmaram-na como a maior greve, de sempre, da administração pública.

Na realidade, em 23 de Janeiro encerraram milhares de escolas e jardins de infância, a maioria dos alunos portugueses não tiveram aulas e a quase totalidade não teve aulas a uma

ou mais disciplinas. Saúde, administração local, função pública, justiça, oficinas das forças armadas, trabalhadores portuários e outros trabalhadores de diversos sectores da administração pública uniram-se a uma só voz contra a política do governo.

Assim, quanto mais não fosse, o congelamento de salários e a sua redução real, a alteração ao regime de aposentação, a implementação de regimes de avaliação selectivos, punitivos e elitistas, a instauração de um regime de contratação, como regra, profundamente negativo, com referências explícitas à dispensa de trabalhadores, à suspensão de actividade ou ao despedimento colectivo dos trabalhadores de uma determinada unidade orgânica são as matérias mais graves sentidas na administração pública e naqueles que fazem, dia-a-dia, dos serviços em que exercem as suas profissões, sejam escolas, hospitais, autarquias, repartições de finanças, espaços de serviço público, etc., não vendo, porém, as suas profissões devidamente reconhecidas.

Os trabalhadores da administração pública com esta grande greve deram um sinal ao governo de que a luta vai continuar. À hora do fecho do Jornal da FENPROF, Lisboa preparava-se para o cortejo do “Enterro do Cherne” - uma acção satírica de denúncia da política do governo, da qual daremos nota na próxima edição do JF. ■

Luís Lobo

EDITORIAL

Paulo Sucena
Secretário Geral da FENPROF



O país não são números

A comunicação social dá cada vez mais relevo aos números como se eles fossem o rosto do país ou o pulsar da alma dos portugueses. Pega-se num jornal e os números aí surgem a zoar como vento suão: o défice ficou abaixo dos 3%; o governo vai encerrar milhares de escolas; o Ministério da Educação vai fazer regressar à base centenas de professores, etc., etc..

A vida das pessoas parece para este Governo uma aritmética ou, dito de outro modo, os humanos são para ele meros números. Não todos porque se os professores e os restantes trabalhadores da Administração Pública não têm aumentos salariais há dois anos outros senhores existem para quem a vida corre bem com esta política de descarada protecção ao grande capital económico e financeiro e de fechar de olhos para a mais desbragada fraude e evasão fiscal que imaginar se possa.

Quanto aos professores, os mensageiros que actuam junto da opinião pública logo se apressam a sugerir que não há nenhuma injustiça relativamente aos docentes porque eles são dos mais bem pagos da Europa, faltam muito e ensinam pouco. Mas apesar disso as escolas vão menos mal porque o Ministério da Educação desenvolve uma política perfeita, sem erros nem falhas que só existem nas malévolas mentes dos dirigentes da FENPROF. E assim será enquanto não for escorchada a juvenil e tecnocrática sobrançeria que, em má hora, invadiu o bisonho edifício da 5 de Outubro.

Mas a amarga realidade, a que se vive sob o foguetório contentinho que este Governo diariamente faz subir aos ares para assinalar êxitos que ninguém vê reflectirem-se na vida do povo português, é cada vez mais amarga e deprimente. O número de desempregados e de trabalhadores

precários é cada vez maior, o custo de vida sobe mais do que os salários, estudar é cada vez mais caro; é essa múltipla e penosa realidade que se abate sobre as escolas a quem o Governo pede sempre mais dando-lhes cada vez menos. E como se isso não bastasse tenta moldá-las à medida de uma Lei de Bases da Educação que é um férreo guia para a elitização do sistema educativo e para o seu controle pelo Governo. O pensamento inscrito nesse guia é claro: a escola de sucesso é só para alguns, não é para todos; isso da escola inclusiva era mais uma entre as frágeis utopias do século XX.

Porém, com inusitado descaro, o Governo apresenta, por vezes, um discurso em que fala na sociedade do conhecimento, na necessidade de prolongar a escolaridade obrigatória, de reforçar o número de quadros médios e superiores, tudo isto sob uma política educativa desenvolvida ao arpejo da construção de uma escola pública de qualidade para todos. E tanto assim é que o número das reprovações e abandonos, do ensino básico ao ensino superior, é deveras preocupante para já não falar do muito pouco que se cuida da investigação no nosso país. Sendo esta a realidade, o que o Governo promete é o mais ridículo dos ridículos

– vestir o sobretudo de um nórdico avantajado no mais engoiado corpo da União Europeia.

Não é possível operar mudanças de política num Governo que maltrata, menospreza e humilha o povo trabalhador. Há por isso que abrir os caminhos para a sua substituição, etapa primeira de uma nova política que se pretende alternativa à actual.

O VIII Congresso tem de ser um momento alto dessa caminhada. Esperamos e confiamos. ■

Correspondendo ao Apelo e ao Manifesto subscritos por numerosas entidades e organizações dos mais variados sectores, milhares de pessoas deram vida à Marcha Nacional pela Educação, realizada no passado dia 23 de Janeiro, em Lisboa.

Nestas páginas dedicadas à reportagem da iniciativa, destacamos a intervenção proferida pelo secretário-geral da FENPROF, Paulo Sucena, na concentração realizada após o desfile, já em frente à Assembleia da República.

Revelando-se como um valioso património de vontades unidas em defesa de um ensino público, democrático e de qualidade, a Marcha Nacional pela Educação mostrou ao Governo que a sociedade exige hoje, com os olhos no futuro, uma Escola que inclua, promova e não discrimine.



Paulo Sucena: O futuro exige que esta acção continue, se alargue e fortaleça

Sendo o primeiro representante das organizações promotoras desta grandiosa e combativa Marcha Nacional pela Educação, permitam que em nome de todos os que aderiram a esta iniciativa saúde calorosamente quem hoje desceu às ruas de Lisboa a clamar melhor educação para as crianças e jovens de Portugal que serão, como é sabido, o futuro do País”, foi assim que o secretário-geral da FENPROF começou a sua intervenção, junto à Assembleia da República, depois do grande desfile iniciado na Praça do Marquês de Pombal.

“Esta é para mim, enquanto professor, uma saudação extraordinariamente emocionada porque quem está aqui e para aqui caminha é o povo português - operários, empregados, funcionários públicos, médicos, enfermeiros, jovens, aposentados, professores, pescadores, mineiros, investigadores - numa clara, colorida, vibrante prova de que a educação se tornou numa preocupação primacial da sociedade portuguesa”, afirmou Paulo Sucena.

“Isto quer dizer”, prosseguiu, “que professores, estudantes, trabalhadores não docentes das escolas, pais e famílias compreenderam que a comunidade educativa não era em si bastante para lutar contra a política educativa de um Governo que está a abastardar a qualidade do ensino e a degradar a escola pública, com o cortejo de nefastas consequências que isso tem, principalmente para os alunos provindos de famílias e camadas mais desfavorecidas”.

Mais adiante, o dirigente da FENPROF observou:

“O Governo pretende tratar, segundo se depreende da sua proposta de Lei de Bases da

Educação, em pé de igualdade, o ensino público e o ensino privado, apoiados financeiramente, com dinheiros públicos, de forma idêntica. Este trilho de desresponsabilização do Estado, na área do ensino, percorrido pelo Ministério da Educação em obediência à política neoliberal posta em prática por um Governo subordinado aos interesses do grande capital económico e financeiro e comandado politicamente pela direita e extrema-direita, põe em causa o futuro do País”.

Paulo Sucena esclareceu que “esta não é uma afirmação demagógica nem alarmista é antes um veemente alerta para uma situação extremamente preocupante e perigosa. Portugal é um pequeno país em que uma das suas principais riquezas - a pesca - tem sido malbaratada por insensatas e socialmente criminosas políticas, para apenas citar um exemplo da realidade em que vivemos, a qual nos aponta uma saída para o futuro - o da qualificação escolar e profissional dos recursos humanos”. E mais: “Esta é uma saída exaltante porque assente em seres humanos, em jovens, em mulheres e homens para quem exigimos que o Estado disponibilize os meios e os recursos necessários à constante melhoria dos seus conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos e ao aprofundamento dos valores culturais, éticos e sociais de modo a que todos possamos ser cidadãos e cidadãs activos na construção de uma democracia política, económica social e cultural. Por isso todos os que aqui estamos somos herdeiros legítimos da Revolução de Abril e dos caminhos de esperança que ela abriu e que este reaccionário Governo quer fechar, com a sua política global e

com a criação de um sistema educativo profundamente discriminatório e elitista, descurando a expansão da rede pública de jardins de infância, redutor dos direitos das crianças e jovens com necessidades educativas especiais que, em grande número, serão afastadas do sistema educativo público, retrógrado quando diminui a escolaridade básica de 9 para 6 anos, conservador no que respeita à falta de dinâmicas a imprimir no 1º Ciclo do Ensino Básico, e ainda perigosamente reaccionário ao vir apostando na atrofiação do ensino superior público quando a média de licenciados na população activa, em Portugal, está nos 9%, menos de metade da média da União Europeia”.

“A crescer negativamente temos a chamada “lei do aumento das propinas” que veio abrir caminhos ao apoio financeiro indiscriminado ao ensino privado e veio prejudicar a democratização do acesso ao sobrecarregar com mais encargos as famílias de mais fracos rendimentos”, acrescentou ainda o Secretário Geral da FENPROF, que condenou um “sistema educativo baseado na elitização da escola, pilotado por uma política fortemente centralizadora, pejada de desconfiança nos professores, castradora de uma verdadeira autonomia das escolas e de quem nelas trabalha, incapaz de promover a melhoria das condições de trabalho para alu-

nos e docentes, renitente ao desenvolvimento de projectos que contribuam para o reforço da dignidade profissional e social dos professores e dos trabalhadores não docentes como se vê pelos seus estatutos profissionais, hoje em dia seriamente ameaçados de piorarem”.

Afirmando que “esta é a política que o Governo põe em prática”, salientou que a orientação do Executivo de Durão Barroso e de David Justino fazem com que o país fique “a milhas de distância da que é necessário promover no sentido ser dotado de uma rede de estabelecimentos de ensino público da mais alta qualidade para todos”.

Em seguida destacou: “É que o futuro de Portugal passa por uma escola que forme todos e não só alguns, passa por políticas educativas que erradiquem o analfabetismo e garantam uma adequada educação ao longo da vida e por uma séria aposta, devidamente sustentada, na dignificação e qualidade das vias profissionais e de prosseguimento de estudos que levem até às mais altas qualificações. Vias que permitam que quem ingresse mais cedo no mundo do trabalho possa, posteriormente, prosseguir estudos, se assim o quiser, sem ser penalizado pela sua anterior opção”.

Depois de referir que “este caminho de construção de uma escola pública, demo-



crática, e da mais alta qualidade é tanto mais imperioso ser seguido quanto Portugal apresenta os mais fracos indicadores da Europa na área da qualificação escolar e profissional”, Paulo Sucena alertou para esta situação, que se agravará com o alargamento da União Europeia porque a população dos países do leste da Europa apresenta índices de escolaridade muito mais altos do que os do nosso país.

“Os largos milhares de portugueses e portuguesas que integram esta Marcha Nacional pela Educação têm plena consciência de que uma pesada e negra mancha vem caindo sobre o futuro de Portugal e torná-lo-á terrivelmente sombrio se a política deste Governo não for derrotada. Por isso, esta não é uma MARCHA de protesto, é antes uma afirmação de vontade, colectiva e individual, uma demonstração de combatividade, um fluir sereno mas firme e determinado de quem, possuído pela esperança, aposta na sua capacidade de transformar esta injusta e opressora realidade que sufoca os trabalhadores portugueses, do sector público e privado, e fecha os horizontes do futuro a uma inquieta e generosa juventude”, realçou o dirigente da FENPROF que prosseguiria assim a sua intervenção:

“Um velho professor afirmava: “diz-me que sistema educativo tens no teu país e eu dir-te-ei em que regime político vives”. Creio que os muitos milhares de pessoas que fizeram desta MARCHA uma empolgante manifestação de luta e confiança em melhores dias, vieram ao combate porque a sua consciência crítica e cívica os alertou para os perigos que os contornos democráticos do Portugal de Abril correm com a subversão do sistema educativo que o Governo pretende levar a cabo porque dela resultará a marginalização futura de um elevado e preocupante número de jovens a quem a escola não forneceu os instrumentos necessários para que pudessem afirmar-se como cidadãos de corpo inteiro na sociedade portuguesa”.

Globalização da pobreza

“Se me perguntassem que clamor explode do coração desta MARCHA, eu diria: Portugal não quer que a maioria do seu povo seja uma mancha de trabalhadores desqualificados, vítimas indefesas da exploração e eternos



condenados a uma política de baixos salários, para não dizer, em alguns casos, de salários de fome. É que nós estamos aqui para gritar ao poder político que estamos a lutar e que continuaremos ferreamente este combate pelo futuro de Portugal porque ele é um combate pela dignidade humana, social e profissional de quem anseia legitimamente ser cidadão ou cidadã deste país. É uma luta em prol de milhões de seres humanos e não de mercadorias”, afirmou o dirigente sindical, que alertou para a “globalização da pobreza”, que “tem de ser vencida porque ninguém ainda provou que o mundo tem de ser composto por gigantescos exércitos de pobres movendo-se sob o olhar distante e imperial do capital e seus serventuários. Mas essa transformação só será possível quando os trabalhadores tiverem acesso às mais ricas fontes do saber e da cultura. Nunca lá chegarão se não vencermos esta luta por uma escola pública de qualidade para todos. Uma escola que inclua, promova e não discrimine”.

“Raul Brandão dizia que “a grande política consiste principalmente em educar”. Ora, este Governo, autor da mais baixa política, desde o 25 de Abril de 1974, não pode fazer outra coisa se não deseducar. Contra isso se erguerá a força propagadora desta Marcha. Digo propagadora porque a luta contra as políticas do Governo, designadamente a luta por uma educação da mais alta qualidade, é indispensável à construção do futuro porque a direita e a extrema-direita política são e serão sempre serventuários do capital e olharão os trabalhadores como gente que terá sempre direitos a mais. Um desses direitos será o direito à educação porque eles sabem que “a escola é uma oficina em que a pátria se aprende e o povo se forja”. Por isso esta iniciativa não termina hoje nem aqui. O futuro exige que esta Marcha continue, se alargue e fortaleça: pelo futuro dos nossos filhos e netos; contra os vendilhões de Abril”, concluiu Paulo Sucena. |



“Os desafios do Ensino dizem respeito a toda a sociedade”

Além de Paulo Sucena, também Manuel Carvalho da Silva, secretário-geral da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN), e Humberto Santos, Presidente da Direcção Nacional da Associação Portuguesa de Deficientes (APD), se dirigiram aos milhares de participantes na Marcha Nacional pela Educação, concentrados frente à Assembleia da República, após um animado desfile iniciado na Praça do Marquês de Pombal na tarde de 23 de Janeiro.

Subscritoras do Manifesto da Marcha desde a primeira hora, CGTP e APD transmitiram em São Bento não só a sua vincada solidariedade com todos os que lutam por um ensino de qualidade no nosso País, mas também um apelo dirigido à opinião pública para que se associe a esta “voz” crescente na sociedade portuguesa que exige uma política para a Educação que respeite as normas constitucionais e que, assim, possibilite um futuro melhor para as crianças e jovens do País.

Numerosas organizações, com destaque para as que subscreveram o Manifesto (lista actualizada na contra-capta desta edição), marcaram presença na Marcha, vivida por milhares de pessoas oriundas de diferentes regiões do País: jovens, trabalhadores de variados sectores, educadores e professores, representantes de associações, movimentos cívicos, sindicatos e estruturas estudantis, muitas das quais assinaladas em panos, bandeiras e faixas.

A política do Governo em matéria de financiamento do Ensino foi condenada com firmeza tanto palavras de ordem que se ouviram entre o Marquês de Pombal e a AR, num desfile que surpreendeu a cidade de Lisboa e que foi juntando apoiantes de “última hora” ao longo da Rua Alexandre Herculano, do Largo do Rato e da Rua de São Bento, como depois nas intervenções de Paulo Sucena, Carvalho da Silva e Humberto Santos, na

concentração final.

“Estou aqui porque acredito que o País pode ir para a frente se tiver uma boa política de educação, de formação e de valorização das pessoas. Mais importante do que os estádios de futebol, as auto-estradas e as grandes construções de betão são as pessoas, são os portugueses”, afirmava à reportagem do “JF” Carlos Almeida, um trabalhador da Administração Pública de Guimarães.

Joana Furtado, docente da Educação Especial na Grande Lisboa, estava na Marcha porque “temos neste momento um Governo que quer que o País ande para trás”; mas “nós não vamos deixar, como se vê nesta resposta e como se viu ao longo do dia com a adesão à Greve Nacional da Administração Pública e dos Professores”.

“Veja-se o que isto deu...”

Joaquim Amaral, um “alentejano nascido e criado na zona de Évora”, aposentado, veio à Marcha “por causa dos netos”, porque é preciso “lutar pelas crianças e pelos jovens”, por uma Escola “ligada à vida”, a funcionar “como dever ser”. “Os professores fazem o que podem, não tenho dúvidas; mas eles não podem estar sozinhos nesta luta. Os encarregados de educação, as famílias, os eleitos do Poder Local, todos devemos estar atentos. Os desafios e os problemas do Ensino dizem respeito a toda a sociedade. Antigamente não se pensava assim e veja-se o que isto deu: quantos analfabetos é que ainda temos no Alentejo e por essas províncias fora? Quantas pessoas com poucas habilitações andam à procura de emprego?”

Pelo que se viu em Lisboa, em 23 de Janeiro, a luta por uma melhor escola e por um ensino da mais alta qualidade para todos e não só para alguns, não vai parar. O futuro assim o exige. |

JPO



Constituição de Agrupamentos de Escolas

Ministério da Educação violou a Lei

Dados de avaliação confirmam denúncias da FENPROF e desmentem Secretário de Estado da Administração Educativa

Águeda, Figueira da Foz, Vila Real, Vila do Conde, São João da Madeira, Paredes de Coura, Ovar, Mondim de Basto, Matosinhos, Braga e Amarante são algumas das Câmaras Municipais que deram parecer desfavorável à constituição de Agrupamentos de Escolas nos respectivos concelhos, mas que, de forma ilegal, acabaram por ser impostos pelo Ministério da Educação. Outros municípios não deram qualquer parecer e outros não foram sequer consultados, tendo imperado aí, também, a teimosia do ME. Em recente conferência de Imprensa realizada no Porto, a FENPROF desmontou esse e outros tipos de ilegalidades que envolveram a criação de agrupamentos no Norte e Centro do País. Ao Secretário de Estado da Administração Educativa, sublinharam os dirigentes da FENPROF presentes no encontro com os jornalistas, "não resta outro caminho que não seja revogar os despachos de homologação dos Agrupamentos de Escolas ilegalmente constituídos e assumir as responsabilidades políticas que lhe cabem neste processo."

Procurando acompanhar a implementação do processo de reordenamento da rede escolar, a FENPROF realizou um estudo relativo aos Agrupamentos de Escolas (re)constituídos no final do ano lectivo 2002/2003, nas regiões Norte e Centro do país e em alguns concelhos da área de Lisboa, através de um inquérito dirigido às Comissões Executivas Instaladoras desses novos agrupamentos.

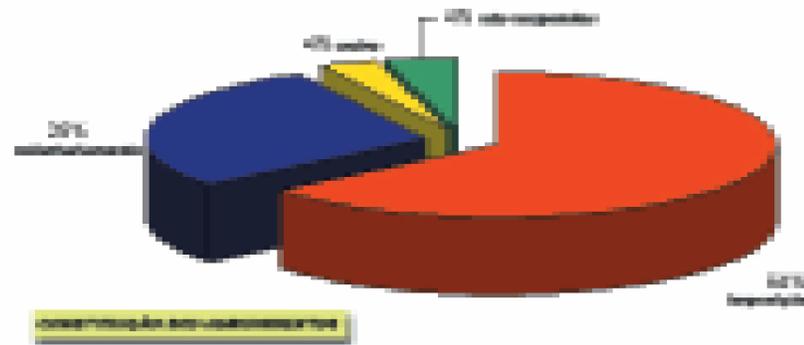
Estes dados referem-se a 223 agrupamentos que, embora não correspondam a uma amostra cientificamente determinada, representam um importante contributo para um maior conhecimento da situação no terreno e para uma avaliação dos aspectos positivos e negativos daí decorrentes.

A informação recolhida reforça as denúncias apresentadas, durante meses, pela FENPROF e por outras entidades, nomeadamente a CONFAP e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Da análise dos dados do inquérito, é possível retirar as seguintes conclusões:

1. Ao contrário da ideia que o ME tentou fazer passar, a maioria dos agrupamentos (64,1%) foram impostos às comunidades educativas, sendo referidas várias tomadas de posição das escolas contra esta imposição, que incluem exposições para o ME, subscrição de abaixo-assinados, oposição manifestada pelos órgãos de gestão das escolas, oposição conjunta das escolas e da Câmara, e mesmo o encerramento de escolas em protesto pela decisão do ME.

2. 96,9% dos agrupamentos impostos pelo



Governo são verticais, apesar da legislação em vigor permitir a constituição de agrupamentos quer verticais quer horizontais. Foi esta opção que obrigou à extinção, em 55,6% dos casos, de agrupamentos de escolas já existentes e que correspondiam a decisões das comunidades educativas e das autarquias. Trata-se de uma opção ilegítima, que acabou, de forma administrativa e arbitrária, e sem qualquer avaliação que o legitimasse, com agrupamentos que estavam legalmente constituídos, tinham os seus Regulamentos Internos homologados, os seus Projectos Educativos aprovados e os seus órgãos de gestão democraticamente eleitos. O ME desprezou o empenhamento e o trabalho responsável de pais, professores, autarcas e trabalhadores não docentes das escolas.

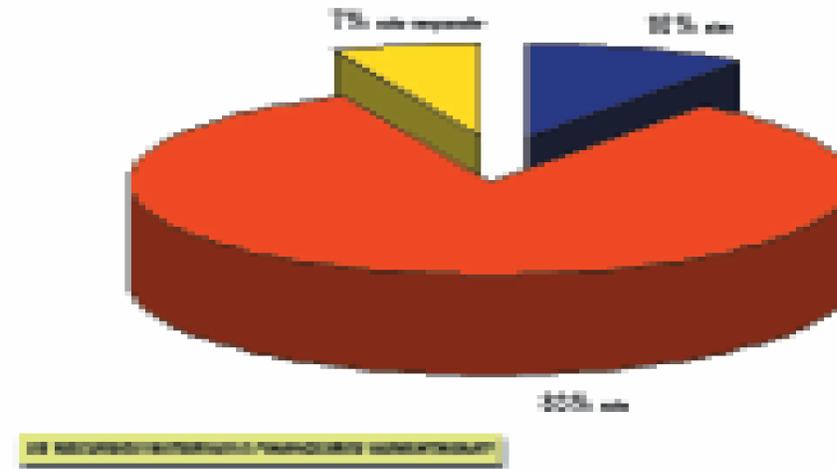
3. Ao contrário do que se afirmou, foram constituídos agrupamentos com escolas secundárias,

o que configura uma clara violação da legislação em vigor. Foi o que aconteceu em Montalegre, Sertã, Alcains, Lousã e Arganil, onde foi criado um único agrupamento por concelho - juntando todos os Jardins de Infância, todas as Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, uma ou mais escolas EB 2/3, uma Escola Básica Integrada e uma escola Escola Secundária.

4. A maioria dos agrupamentos constituídos no final do ano lectivo passado são organizações escolares irracionais, quer do ponto de vista da sua dimensão, quer no que respeita à sua área geográfica - há agrupamentos com mais de 60 estabelecimentos de ensino, mais de 2500 alunos, mais de 250 professores. Há agrupamentos em que há estabelecimentos a distar da escola sede mais de 45 Km e de outras estabelecimentos do mesmo agrupamento mais de 65 Km;

5. Contrariamente às expectativas criadas com a constituição destes agrupamentos, as escolas viram agravadas as suas condições de funcionamento, ao nível dos recursos humanos e financeiros. Os órgãos de gestão dos agrupamentos vêem-se obrigados a responder a novas solicitações com orçamentos que não só não aumentaram como, em muitos casos, diminuíram.

Os orçamentos das Escolas EB 2/3 estão hoje, em muitos casos, a suportar despesas



referentes ao funcionamento do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar, com prejuízo para toda a população escolar.

6. Do ponto de vista pedagógico, a maioria dos agrupamentos impostos pelo ME são absurdos. As dificuldades de organização pedagógica que as escolas estão a encontrar para promover espaços de encontro e de trabalho em comum (objectivo que era suposto alcançar) mostram a incongruência entre os princípios que demagogicamente foram anunciados e as condições para a sua concretização. Importa ainda sublinhar o estatuto de minoridade, para que, em muitos casos, foram remetidos a Educação Pré-Escolar e o 1º Ciclo do Ensino Básico.

Em síntese, nenhuma racionalidade pedagógica sustenta a decisão de organizar a rede escolar na base destes mega-agrupamentos de escolas. Neste contexto, a FENPROF exige a quem tão diligentemente obrigou à sua constituição que avalie seriamente os impactos no terreno desta nova realidade.

7. Em quase metade das situações (40,4%), as autarquias não deram parecer favorável à constituição dos agrupamentos. Sendo obrigatória a existência de parecer favorável da autarquia, a FENPROF procurou confirmar esta realidade junto dos Presidentes das Câmaras Municipais. Na sequência dessa iniciativa, vários responsáveis autárquicos confirmaram documentalmente que: i) deram parecer desfavorável; ii) o ME não pediu qualquer parecer; iii) não emitiram qualquer parecer.

As palavras do Secretário de Estado na A.R.

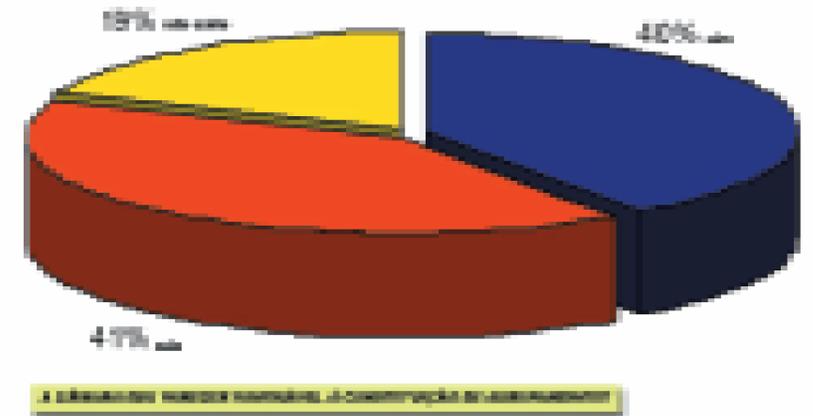
Desde o início, a FENPROF denunciou a existência de várias ilegalidades e irregularidades neste processo, junto das entidades

A FENPROF considera que ao Secretário de Estado da Administração Educativa não resta outro caminho que não seja revogar os despachos de homologação dos Agrupamentos de Escolas ilegalmente constituídos e assumir as responsabilidades políticas que lhe cabem neste processo.

cuja intervenção poderia corrigir a acção do Ministério da Educação nesta matéria.

Independentemente do desenvolvimento dessas iniciativas, incluindo o processo judicial em curso no STA, a FENPROF considera que os dados de que hoje dispomos comprovam, sem margem para quaisquer dúvidas, que:

1º - O Secretário de Estado da Administração Educativa e os Directores Regionais de Educação do Norte e do Centro agiram em clara violação da lei, ao homologarem agrupamentos de escolas que não cumprem os requisitos previstos no quadro legal vigente;



2º - O Secretário de Estado da Administração Educativa quebrou o compromisso que assumiu perante a Comissão de Educação da Assembleia da República, no dia 14 de Julho de 2003, quando declarou: "É necessário, eu assumo aqui, o parecer favorável dos municípios relativamente aos agrupamentos. E garanto aos senhores deputados que não



Conferência de Imprensa da FENPROF, na sede do SPN, no Porto com a participação de Paulo Sucena, Francisco Almeida, Manuela Mendonça e José Pinheiro

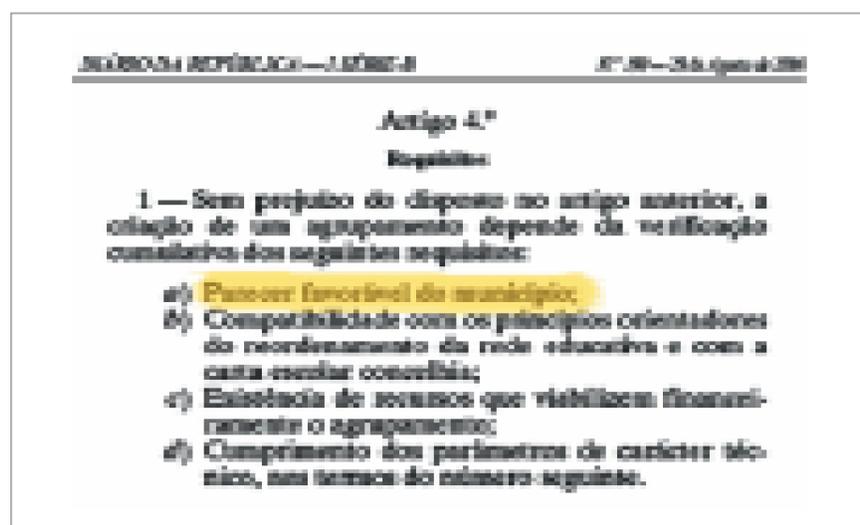
haverá um único caso em que os agrupamentos se façam sem o parecer favorável dos municípios.”

Ainda recentemente o Presidente da República alertou para que as leis não são meras sugestões e têm que ser cumpridas. Espera-se de quem governa que dê o exemplo.

A FENPROF considera que ao Secretário de Estado da Administração Educativa não resta outro caminho que não seja revogar os despachos de homologação dos Agrupamentos de Escolas ilegalmente constituídos e assumir as responsabilidades políticas que lhe cabem neste processo.

Já depois da Conferência de Imprensa, e perante o silêncio do ME face à comprovação das ilegalidades e irregularidades cometidas, o Secretariado Nacional da FENPROF, reunido em 12 e 13 de Fevereiro, decidiu enviar para a Comissão de Educação da Assembleia da República, para os Grupos Parlamentares e para a Provedoria de Justiça os dados agora recolhidos, como forma de reforçar as denúncias anteriormente apresentadas a estas entidades. Estes documentos serão também anexados à queixa entregue no Supremo Tribunal Administrativo. I

Foram muitas as respostas recebidas das autarquias que afirmaram ter sido contrariadas pelo Governo ou nem sequer ouvidas quanto ao processo de agrupamento das escolas. O exemplo que se apresenta é apenas um dos muitos recebidos e que documentam a ilegalidade da constituição de agrupamentos, na qual estão envolvidos o Secretário de Estado Abílio Morgado e os Directores Regionais de Educação do Centro e Norte.



FENPROF promoveu em Lisboa um Plenário Nacional para debate dos problemas específicos dos docentes contratados e desempregados



Contratados e desempregados Desenvolvimento do País precisa de todos!

“Melhor Educação exige mais professores e educadores e estabilidade profissional” - esta foi uma das notas salientes do plenário nacional de contratados e desempregados que a FENPROF realizou no passado dia 13 de Fevereiro, no auditório do Instituto Franco-Português, em Lisboa, que culminou com desfile até ao Ministério da 5 de Outubro, onde foram entregues as conclusões do encontro. “Desenvolver formas de luta e de denúncia junto da opinião pública” sobre a situação em que se encontram milhares de professores contratados e desempregados é uma das orientações assumidas pelo plenário, que aprovou por maioria quatro moções, uma das quais apresentada pelo Secretariado Nacional da FENPROF. Adriano Teixeira de Sousa (SPN), Anabela Sotaia (SPRC), Óscar Soares (SPGL), Lurdes Hespagnol (SPZS), Nuno Maciel (SPRA) e Alexandra Cró (SPM) integraram a Mesa que dirigiu os trabalhos deste encontro, em que várias intervenções sublinharam, uma vez mais, a importância da sensibilização e da mobilização dos docentes contratados e desempregados para as múltiplas iniciativas que a FENPROF e os seus Sindicatos realizam em todo o País, indo ao encontro das reivindicações específicas destes educadores e professores.

Os participantes na iniciativa de 13 de Fevereiro exigiram “a abertura de vagas, já nos próximos concursos, de acordo com as reais necessidades das escolas, devendo, para esse efeito, ser alterados os critérios para a determinação dos lugares do quadro, tendo em conta o conjunto de respostas educativas que as escolas devem assumir”.

Os contratados e desempregados sublinham, perante o Ministério da Educação, a importância estratégica de medidas que “contribuam para a melhoria da qualidade do

ensino”, apresentando propostas concretas:

- Redução do número de alunos por turma;
- Redução do número de turmas por professor;
- Reposição do par educativo no Estudo Acompanhado e na Área de Projecto no 3º Ciclo do Ensino Básico;
- Dotação das escolas com créditos horários para efeitos de coordenação pedagógica, direcção de instalações, direcção de turma, etc, em sintonia com as reais necessidades das escolas;
- Manutenção do ensino de segunda oportunidade, designadamente o ensino nocturno, devidamente adaptado às condições e características dos alunos a que se destina;
- Desenvolvimento de medidas que permitam combater eficazmente o analfabetismo e o abandono escolar que, em Portugal, atingem valores alarmantes, como tem sido manifestado por diversas organizações internacionais e como, aliás, foi também relatado recentemente no 10º Congresso da CGTP-IN, nomeadamente na comunicação apresentada por Mário David Soares (ver nesta edição do “JF”).

Ações de rua, feiras e Concerto pelo Emprego

Ao mesmo tempo que exigiu a manutenção do princípio da anualidade do concurso, com respeito pelas respectivas listas de graduação e transparência de todo o processo de colocações, o plenário apresentou outras reivindicações específicas, entre as quais a “tomada de medidas que permitam a candidatura de todos os docentes no ano em que concluíam o seu estágio profissional” e a criação de condições, por parte do ME, “para a profissionalização dos professores com habilitação própria que tenham

leccionado nos últimos anos”.

A revisão do Decreto-Lei 35/2003, “de forma a contemplar os aspectos que levaram a FENPROF a não assinar o acordo que viabilizou a publicação deste legislação” é outra exigência dos contratados e desempregados, que aprovaram um conjunto de iniciativas, incluindo a participação em acções de esclarecimento de rua, realização de “Feiras do Desemprego” nas várias regiões do País e ainda a promoção de um “Concerto pelo Emprego”. I

JPO

Professores na Jornada Nacional de Luta em 11 de Março

O plenário realizado por iniciativa da FENPROF sublinhou a importância da integração da luta pelo direito ao emprego dos professores e educadores contratados na luta mais geral dos docentes portugueses em defesa do seu estatuto profissional. Duas moções apresentadas e aprovadas no Franco-Português (uma pelo Secretariado Nacional da FENPROF, outra por sócios do SPGL, membros da Comissão Sindical de Desempregados), lançam o desafio para que aqueles docentes também integrem esta luta na “luta mais geral dos trabalhadores portugueses, em defesa do emprego e contra a precariedade”, participando, entre outras iniciativas, na jornada de luta nacional do próximo dia 11 de Março, promovida pelo movimento sindical e pela CGTP-IN.

Contra-reforma na Educação Especial Acabar com a Escola Inclusiva é objectivo do Governo

“Manipulando e subvertendo o conceito de necessidades educativas especiais, o ME pretende deixar milhares de alunos sem apoio da Educação Especial”, sublinha a resolução aprovada pelos participantes no Seminário Nacional realizado por iniciativa da FENPROF no passado dia 16 de Fevereiro, em Lisboa.

As orientações contidas no documento do ME apontam para a redução drástica do “número de alunos abrangidos pelas medidas especiais de educação” e para a institucionalização e privatização da Educação Especial, como destaca a resolução aprovada por unanimidade. Logo após o seminário, os docentes dirigiram-se ao Ministério da Educação, na Av. 5 de Outubro, onde uma delegação entregou a resolução e um parecer da FENPROF sobre o referido projecto.

Faz agora um ano, o ME tentou uma profunda “reforma” na organização da Educação Especial, divulgando publicamente um Projecto que, pelo seu carácter retrógrado, chocou a escola e a sociedade portuguesas e a generalidade dos actores sociais que lidam com a deficiência.

Perante o generalizado repúdio do seu projecto, entendeu o ME aparentar um tempo de reflexão sobre as muitas críticas que sobre ele choveram e avançar, prioritariamente, com duas “peças” estruturantes no enquadramento jurídico da pretendida “reforma” da Educação Especial: as propostas de Lei de Bases da Educação e de Lei de Bases da Prevenção, Habilitação, Reabilitação, e Participação da Pessoa com Deficiência.

Vertidas nestas propostas as concepções, os princípios e os valores que induzem um novo paradigma educativo tendente à exclusão da Escola pública da maior parte dos alunos com necessidades educativas especiais, o Ministério de David Justino, volta agora à carga (já depois de terminado o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, como convém), numa espectacular acção de show-off, anunciando uma verdadeira revolução na organização da Educação Especial.

Anunciadas as “grandes” medidas (turmas de 18 alunos, apoio aos sobredotados, melhor aproveitamento de recursos, combate ao abandono e insucesso escolar e educativo), o ME lançou-se numa “cruzada” pelo país, num invulgar esforço para apresentar a sua admirável invenção: “uma escola inclusiva até ao limite concreto da sua possibilidade de concretização”.

O novo ante-projecto de Decreto-Lei “consustancia – diz o ME – a Reforma da Educação Especial e do Apoio Sócio-Educativo”. Nada mais enganoso. O que este ante-projecto verdadeiramente consustancia é uma profunda contra-reforma da Educação Especial em Portugal visando reduzir o número de alunos (com NEE) apoiados, desresponsabilizar o Estado pela Educação Especial, institucionalizar a exclusão como regra e a inclusão como excepção, privatizar a Educação Especial, desregular o processo de selecção e recrutamento de docentes (para o desempenho de funções na educação especial e no apoio sócio-educativo). Tudo o resto são palavras, palavras e mais palavras. Um exercício de propaganda e show-off como nunca tínhamos visto em matéria de Educação Especial, à volta de algumas mistificações.

Em primeiro lugar, há que reafirmar, con-

trariamente ao que este ante-projecto insinua, que não é por falta de uma adequada legislação de suporte que a Escola que hoje temos não é mais inclusiva. A legislação que temos é boa, consagra importantes avanços (e conquistas) civilizacionais, permite soluções diversificadas, garante direitos humanos fundamentais. A Constituição da República Portuguesa, a Lei de Bases do Sistema Educativo, a Lei de Bases da Prevenção, Reabilitação e Integração da Pessoa com Deficiência, o Decreto-Lei 319/91 (entre outros dispositivos legais) são “leis” de inegável valor sócio-jurídico, perfeitamente compagináveis com os nossos compromissos internacionais, nesta área, assumidos quer na ONU (Normas sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência), quer na UNESCO (Declaração de Salamanca).

O que tem faltado são os recursos (docentes, não docentes, físicos, técnicos e financeiros), a formação, as acessibilidades, as turmas mais pequenas, os climas organizacionais democráticos. Em suma, as políticas educativas voltadas para a cabal aplicação da legislação em vigor. E, claro, uma sociedade mais justa, democrática, livre e desenvolvida que a todos garanta uma efectiva igualdade de oportunidades no acesso e no sucesso escolar e educativos.

De facto, não deixa de ser estranho e contraditório que o ME anuncie uma Escola inclusiva “até ao limite concreto da sua possibilidade de concretização” e um combate sem tréguas ao abandono escolar e insucesso escolar e educativo, ao mesmo tempo que ataca a Escola Pública, reduz o Orçamento para a Educação (menos 4,2% em 2004), restringe a direcção e gestão democráticas das escolas e agrupamentos, mantém milhares de docentes e não docentes no desemprego ou a contrato (a termo certo) e liquida direitos profissionais. Como diz o povo: “não bate a bota com a perdigota”.

Por mais que se pretenda “dourar a pílula”, este ante-projecto (tal como o de 2003) não visa outra coisa que não seja liquidar as bases da Escola Inclusiva, numa contra-reforma da Educação Especial que a fará regredir mais de trinta anos.

Com este ante-projecto o ME pretende:

1. Reduzir drasticamente o número de alunos abrangidos pelas medidas de Educação Especial:

a) introduzindo um novo conceito de necessidades educativas especiais (manipulando e adulterando o conceito de nee vertido na Declaração de Salamanca), passando a compreender só aquelas que se manifestam de modo sistemático e com carácter prolongado,

inerentes ao processo individual de aprendizagem e de participação na vivência escolar, familiar e comunitária” (art. 5º.1) “decorrentes de factores limitadores endógenos, que podem ser agravados por factores ambientais (...)” (art. 5º.2). Por outro lado, estas nee passam a ser ditadas por critérios objectivos e absolutos, de natureza médica (a sinalização das nee deve ser feita por referência à *Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde* da OMS), e não por critérios educativos/pedagógicos, como prevê, hoje, o Decreto-Lei nº 319/91.

Por esta via, mais de metade dos alunos hoje apoiados saltam fora da Educação Especial, havendo especialistas e investigadores, como é o caso do professor Miranda Correia, que admitem mesmo que este ante-projecto continua a deixar de fora das medidas de apoio mais de cem mil alunos com necessidades educativas especiais.

2. Institucionalizar e privatizar a Educação Especial.

Desresponsabilizando-se o Estado pelos investimentos necessários à construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, passa a

os estabelecimentos com valências especiais, e que melhor podem responder.” (entrevista ao DN de 13/01/04)

b) As crianças e os jovens com nee podem ser encaminhados para instituições de educação especial, sempre que a necessidade de “intervenções especializadas e diferenciadas (...) comprovadamente não (sejam) passíveis de concretizar com a correcta integração noutra estabelecimento de educação ou de ensino ou para os quais se revele comprovadamente insuficiente esta integração”.

Ou seja, o Estado, em vez de tomar as medidas necessárias à adaptação da Escola para que ela se torne efectivamente inclusiva (estava, por exemplo obrigado a eliminar as barreiras arquitectónicas até 2004 e não o fez), desresponsabiliza-se e assume como princípio que a resposta educativa, se for dada numa instituição de educação especial, respeita cabalmente o princípio da igualdade de oportunidades.

É isto que David Justino quer dizer quando, na mesma entrevista atrás referida, afirma: “(...) O Estado tem de intervir onde tem responsabilidade social, que não pode ser alienada. Mas se os privados ou a rede solidária e se o

Escolas e Agrupamentos, de onde vão passar a depender as medidas de adaptação necessárias à inclusão (eliminação de barreiras arquitectónicas, utilização de material e equipamentos especiais, ajudas técnicas (art. 27º. 1 e 2) e o funcionamento das pesadas estruturas dos CASE (art. 27º) vai, funcionar, inevitavelmente como um mecanismo de pressão no sentido do encaminhamento para fora da Escola de todos os casos orçamentalmente incómodos (entenda-se, pesados).

Ou seja, ficam escancaradas as portas para a exclusão. Se até aqui vínhamos assistindo ao tendencial crescimento do número de alunos com nee a frequentar o sistema regular de educação/ensino (e conseqüente diminuição de crianças/jovens com nee atendidos nas instituições de educação especial), assistiremos agora a uma drástica diminuição do número de alunos (com nee) verdadeiramente incluídos.

Eles sairão da Escola aos magotes: para as instituições de Educação Especial (e, de entre estas, em particular, para aquelas que prossigam fins lucrativos, eventualmente de iniciativa empresarial, devidamente estimulada e apoiada pelo Estado, como acontece já, aliás em outros



aceitar-se (e a defender-se) com facilidade (e sentido de conveniência) que Escola Inclusiva é apenas aquela que não possui limites à sua concretização (verdadeira pescadinha de rabo na boca) o que, em termos práticos, significará sempre que:

a) Nem todas as Escolas têm que ser inclusivas. O aluno com nee fica com a liberdade de se matricular em qualquer escola, inclusivamente numa escola fora da sua área de residência. As Escolas tenderão a especializar respostas. Haverá escolas mais vocacionadas para a Educação Especial ou para certas áreas de Educação especial do que outras (através, por exemplo, da instalação de unidades especializadas em algumas escolas). David Justino assim o disse: “(...) concentrando valências, em termos de recursos humanos, e eliminando barreiras arquitectónicas, podemos vocacionar escolas”. “Não vamos proibir que os alunos possam estar nas escolas, mas dizer-lhes quais

fizerem bem porque há-de o Estado intervir? Se duplicarmos a oferta, desperdiçamos recursos.”

Não admira, por isso, que o ME institua neste ante-projecto um *Sistema Nacional de Educação Especial e Apoio Sócio-Educativo* (Cap. V) paralelo e à margem do Sistema Educativo Português e reitere o reconhecimento pelo Estado do “papel de relevo na educação de crianças e jovens com necessidades educativas especiais das instituições” particulares, cooperativas e de solidariedade social (art. 10º. Pontos 3 e 4), reconhecimento esse que, sintomaticamente, não é feito às numerosas escolas públicas e aos milhares de docentes que, mesmo com insuficiência de meios, ao longo das últimas décadas, têm vindo a mobilizar os seus esforços para responder (o melhor possível) às necessidades educativas especiais dos seus alunos.

Por outro lado, o apertado Orçamento das



Também a CGTP-IN condena os objectivos do ante-projecto de Reforma da Educação Especial e do Apoio Sócio-Educativo divulgado pelo Governo, considerando-o “uma proposta extremamente retrógrada, por ser marcadamente segregacionista e excludora”. Para a CGTP-IN o documento do Governo é “um atentado vergonhoso contra a Escola Pública, Democrática, de Qualidade e Inclusiva” e garante que “não abdica do seu direito de participar nessa discussão”



A Mesa que dirigiu o Seminário da Educação Especial em Lisboa

sectores educativos), para as unidades especializadas (que funcionarão como guetos educativos, mesmo que dentro do espaço-escola, para os alunos portadores de multideficiências: combinação de problemas cognitivos graves com limitações sensoriais e motoras, surdo-cegueira, perturbações do espectro do autismo) e para a vida activa (o encurtamento da escolaridade básica e a precocidade das saídas profissionais preconizadas na proposta de Lei de Bases da Educação farão acelerar esse fluxo).

Aplicados todos estes mecanismos, só uma escassa e residual minoria dos alunos com nee continuará a ser apoiada na Escola Regular. E é a estes (e só a estes) que se vão aplicar as medidas previstas no art. 8º (máximo de 18 alunos e de 2 alunos com nee por turma).

Os "outros" serão encaminhados para o Apoio Sócio-Educativo. Um apoio às dificuldades na aprendizagem (note-se o preciosismo: na e não da), que poderá não passar de algumas "esfarrapadas" medidas de apoio redutoras de um verdadeiro sentido de aposta no processo educativo (apoios suplementares fora do grupo ou sala de aula, utilização de materiais didácticos adequados, actuações de diferenciação, etc)

Quando à "miríade" de técnicos anunciados, se é que vai haver técnicos ("quando a esmola é grande o pobre desconfia"), as muitas dúvidas que persistem não deixam augurar nada de bom a este nível: Como vão estes técnicos ser contratados (Contrato Individual de Trabalho), se é do (magro) Orçamento dos Agrupamentos que vai depender a sua contratação?

Ou estará o ME a pensar manter apenas aqueles que já hoje têm vínculo ao Ministério (absolutamente insuficientes para as necessidades)? É que David Justino, na mesma entrevista atrás referida afirma que "(...) se houver melhor gestão dos recursos existentes, esta nova política não se traduz necessariamente no aumento de despesa. Há recursos mais do que suficientes, mas mal aproveitados."

3. Quanto aos docentes, o objectivo é: reduzir, desregulamentar, controlar e desvalorizar.

• Ao reduzir a muito menos de metade os alunos hoje apoiados pela educação Especial/Apoios Educativos, o ME reduz de igual forma a menos de metade o número de docentes

necessários.

Razão pela qual o ME, que é tão pródigo a remeter para despachos de regulamentação pelo menos oito matérias deste ante-projecto, não tem no seu texto uma única palavra para se referir ao processo de formação/especialização de docentes para o desempenho destas funções. Não será porque, feitas as contas, chegou à conclusão que os actuais detentores de formação especializada são mais do que suficientes para as necessidades e, se houver casos residuais, se recorrerá a professores com experiência reconhecida nesta área?

• **Sistema de selecção e recrutamento de docentes para o desempenho de funções docentes na Educação Especial e no Apoio Sócio-Educativo.**

Os mecanismos a aplicar **desregulam** o actual sistema de selecção e recrutamento, previsto no Desp. Conjunto 105/97, deixando nas mãos dos Órgãos de Gestão dos Agrupamentos, dos CASE (Centros de Apoio Sócio-Escolar) e das DRE's o poder discricionário de nomear e/ou propor para destacamento os docentes necessários à Educação Especial e Apoio Sócio-Educativo. Só para necessidades residuais se aplicarão mecanismos de concurso.

• **Desvalorizar**

Alterar o conteúdo funcional: reduzindo o docente de EE e de ASE a meros técnicos, professores titulares da turma e/ou "explicadores".

Reduzir os direitos: Só os professores de Educação Especial terão direito ao horário previsto no art. 77º.4 do ECD e a uma gratificação mensal pelo desempenho destas funções (art. 60º).

Quanto às deslocações, previsivelmente, não haverá direito ao seu pagamento desde que feitas dentro do (mega)Agrupamento.

• **Controlar**

São criados novos órgãos na Administração Educativa, os CASE (centros de Apoio Sócio-Escolar), a quem são conferidos mega-poderes, dirigidos por uma Direcção (coordenador e coordenador adjunto) nomeada pela DRE respectiva, a quem compete, entre outras atribuições:

a) "Participar (,,,) no processo de colocação nas escolas e agrupamentos de escolas dos

recursos humanos docentes";

b) "Atestar fundamentadamente (...) quanto aos docentes não habilitados para o exercício de funções educativas de apoio sócio-educativo, a experiência reconhecida nessas funções, com fundamento nas funções anteriormente desempenhadas, na adequação da formação científica detida ou na titularidade de formação especializada na área da educação especial".

c) "Organizar as propostas de destacamento ou de requisição de docentes..."

d) "Assegurar a colocação nas escolas e agrupamentos de escolas dos técnicos especializados de apoio sócio-educativo pertencentes ao quadro de pessoal especializado de que disponha".

e) "Assegurar (...) a contratação anual para as escolas e agrupamentos de escolas dos técnicos especializados de apoio sócio-educativo".

f) "Acompanhar os processos de colocação ou contratação de recursos humanos relevante para a educação especial e para o apoio sócio-educativo da responsabilidade de outros serviços (...)"

g) "Participar no processo de avaliação de desempenho dos recursos humanos docentes que desempenham funções no âmbito da Educação Especial e do Apoio Sócio-Educativo."

h) "Avaliar o desempenho dos recursos humanos não docentes (...).

De que outros instrumentos precisariam os CASE para exercer uma efectiva acção de tutela e de controle sobre a classe docente (em exercício profissional na EE e ASE)?

O ME diz que este é um ante-projecto tendente à reforma da Educação Especial e do Apoio Sócio-Educativo. A nosso ver, é-lhe mais adequado o epíteto de "certidão de óbito" da Escola Inclusiva. Talvez por isso se perceba o desabafo do professor Sérgio Niza, ao pronunciar-se sobre este documento: "Para alguém que, como eu, tenha participado activamente como profissional e cidadão nos últimos quarenta anos da história do que ainda chamam de educação especial, o regime jurídico que agora nos apresentam é um motivo de luto".

Nós preferimos dizer: de luto, sem dúvida, mas sobretudo de luta. **I**

AnteProjecto da "Reforma da Educação Especial e do Apoio Sócio-Educativo"

Extractos do Parecer da FENPROF

Infelizmente não se aprende com os bons exemplos

A utilização das referências de documentos internacionais assumidos pelo Estado Português deveria formatar uma concepção abrangente dos apoios educativos e de necessidades educativas especiais. Porém tal não acontece. Bem pelo contrário. O que este ante-projecto preconiza é a criação de um Sistema Nacional de Educação Especial e Apoio Sócio-Educativo paralelo e à margem do Sistema Educativo Português, num claro retrocesso histórico agravado pela separação artificial estabelecida entre Educação Especial e Apoio Sócio-Educativo.

O Ministério da Educação pretenderia criar dois sistemas paralelos:

- Um para os alunos que supostamente "aprendem" os programas de igual forma e, como tal, podem ser seriados e classificados numa escala homogénea de valores permitindo, assim, a hierarquização das suas escolas numa lógica de "rankings", onde público e privado se situam numa mesma lógica. Tal separação desobriga o Estado de garantir o direito a uma Escola Pública para Todos;

- Um outro, para todos aqueles que, não realizando aquele desígnio, são encaminhados para uma escola de segunda oportunidade.

Estamos, assim, perante um sistema de reprodução social: uns aprendem na escola das elites, outros numa escola dita "geral" e outros ainda numa escola de treino de competências, independentemente das suas potencialidades.

Oportunidade perdida

Em vez de tentar transformar a escola num Centro Educativo Comunitário, como está a suceder em muitos países (por exemplo na Noruega e em Espanha), este modelo centra-se muito mais numa lógica "paternalístico-assistencial", estruturada em redes locais coordenadas pelos "Centros de Apoio Social Escolar" (CASE), quando deveria ser coordenada pelos Órgãos de Gestão Pedagógica das Escolas.

Existe, uma vez mais, aqui uma incongruência e separação institucional entre os apoios e a Escola. As parcerias e cooperações com outras sedes ou instituições devem partir da Escola e não de serviços fora do seu seio (como os CASE). Aliás, esta proposta de legislação descredibiliza completamente as escolas ignorando completamente a centralidade da Escola Inclusiva na Escola Regular.

Governo reduz apoio a mais de 75% dos alunos com NEE

Ao estabelecer que a Educação Especial

se destina exclusivamente aos alunos com necessidades educativas especiais "(...) que decorrem de limitações ou incapacidades, que se manifestam de modo sistemático e com carácter prolongado (...)" e o Apoio Sócio-Educativo aos alunos com dificuldades na aprendizagem, o Ministério da Educação visa reduzir drasticamente o número de alunos apoiados pelas medidas especiais de educação, remetendo para um apoio de segunda linha os alunos com dificuldades na aprendizagem, ao mesmo tempo que deixa sem qualquer suporte e apoio os alunos com dificuldades específicas de aprendizagem.

A Federação Nacional dos Professores defende que:

- O direito a respostas educativas diversi-



ficadas deve ser garantida em conformidade a todas as crianças, jovens e adultos que delas necessitem;

- A educação especial deve ser uma modalidade integrada do sistema educativo;

- A efectiva criação de Equipas Multiprofissionais, centradas na Escola e integrando docentes com formação em educação especial e outras funções de apoio educativos, psicólogos, terapeutas, técnicos de serviço social e auxiliares pedagógicos. Estas equipas são essenciais à formação global das crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais em condições de garantia da igualdade de oportunidades;

Sem professores estabilizados não há escola inclusiva

No que se refere ao Capítulo IV do

ante-projecto - Docência na Educação Especial - a FENPROF defende que a selecção e recrutamento de docentes para este grupo de docência terá de ser feita mediante concurso, por entender ser esta a forma correcta, adequada e transparente de colocação, o que implica a existência de lugares de educação especial nos quadros de escola e de zona pedagógica.

O articulado deste capítulo diz "(...) privilegiar a estabilidade e a continuidade do acompanhamento das crianças e jovens com necessidades educativas especiais (...)". Este princípio é negado por referir no mesmo capítulo, que a atribuição de funções docentes na educação especial (art.º 41º) e os destacamentos para o exercício de funções docentes na educação especial (art.º 42º) serem feitos "(...) para cada ano lectivo (...)".

Em primeira prioridade "(...) sem possibilidade de recusa aos docentes pertencentes aos quadros de pessoal docente das escolas (...) e, na 3ª prioridade por "(...) por destacamento obrigatório (...)".

A FENPROF sempre defendeu (continuando a defender):

- A selecção deve ser feita no universo dos docentes com habilitação profissional em educação especial;

- O recrutamento deste grupo de docência deve regular-se pelas regras de concurso geral dos docentes;

É de assinalar que a FENPROF não reconhece, na figura dos coordenadores dos Centros de Apoio Social Escolar (CASE) qualquer competência no reconhecimento e comprovação de experiência docente em educação especial. **I**

O Parecer na íntegra, bem como a Resolução aprovada no Seminário Nacional podem ser consultados em www.fenprof.pt

Dignificação da profissão docente e educação de qualidade

O porquê de dizer **NÃO** à criação da Ordem dos Professores

Isabel Baptista*



De forma recorrente, a questão é lançada no seio da classe. Os argumentos são os de sempre e merecem ser criticamente apreciados, mais uma vez. Sem desvalorizar as razões que se prendem com a natureza da docência enquanto actividade desejavelmente configurada pela utopia do humano e, nessa medida, complexa e multifacetada, e sem esquecer também as razões ligadas à responsabilidade social da escola que, em última análise, justificam que o aluno seja respeitado no seu estatuto de educando e não de cliente, como acontece nas chamadas profissões liberais, tentarei aqui centrar-me no discurso que tem sustentado a defesa da criação de uma Ordem dos Professores.

Um discurso, a meu ver, envenenado por mitos e preconceitos que urge desmistificar em nome da cultura de exigência com que nos identificamos. No seguimento desta intenção, evito, intencionalmente, abordar aqui as questões da ética e da deontologia que, desde há anos, ocupam o centro das minhas preocupações profissionais. Atendendo à sua relevância antropológica e pedagógica, estas questões não podem ser simplesmente embandeiradas num discurso que visa legitimar lógicas de controlo e de poder.

Para os promotores da criação de uma nova estrutura de tutela da classe - uma Ordem - os professores são reconhecidos como indispensáveis no sentido em que entre a qualidade do seu desempenho e a qualidade da educação existe uma relação linear de causa e efeito. O que explicará então o estado crítico em que o sistema educativo se encontra. Porque, a avaliar pelo que nos é dito, a classe estará "doente", andará mesmo "pelas ruas da amargura" e, de acordo com o diagnóstico que nos é apresentado, tal deve-se, fundamentalmente, à ausência de mecanismos que nos permitam separar "o trigo do joio", tanto na entrada da profissão como nas diferentes etapas do seu exercício. A existência de tais mecanismos de triagem permitiria evidenciar o valor dos docentes que, à partida, já podem ser considerados bons e entre os quais julgo que, naturalmente, se incluem os sujeitos do discurso em causa. Esta

é uma verdade de senso comum: o "joio" são sempre os outros. Importará, pois, promover um processo de "deapuração", creditado por uma entidade exterior, tanto mais legítima quanto distante dos contextos de trabalho, a ser criada segundo o modelo que, não interessa se bem ou mal, tem servido outras profissões. Para o caso, é ainda indiferente saber o que faz a especificidade dessas profissões ditas de "referência" ou averiguar sobre os porquês que historicamente justificam os seus modelos de representatividade. Uma ignorância, apesar de tudo, não tão grave como a que se refere ao menosprezo do que é específico da profissionalidade docente. Como se esta - a nossa - profissão não tivesse a sua própria história, o seu saber técnico e científico, os seus instrumentos reguladores ou as suas estruturas representativas. Como se, afinal, não tivesse identidade.

A valorização da carreira docente é, de facto, condição vital para a garantia de uma educação de qualidade. Nesta mesma convicção se têm alicerçado muitas das lutas que fazem a memória social da profissão. Mas a qualidade é um processo, uma procura contínua, e não um estado. A qualidade alimenta-se numa cultura de exigência que começa na relação connosco próprios, como busca incessante de sentido, de aperfeiçoamento e de aprendizagem. Na consciência, porém, que não estamos sozinhos nesta aventura. As condições de desenvolvimento profissional passam pelo reforço das

redes de pares que, dentro ou fora das escolas, alimentam espaços colegiais de debate, de reflexão e de decisão. Passam também, necessariamente, pela existência de condições de trabalho, materiais e outras. Passam, hoje mais do que nunca, pela capacidade de diálogo e de interacção com outros actores, numa lógica de relação incompatível com visões corporativistas e nostálgicas.

Considerados, pois, na sua pluralidade e diversidade, os caminhos da dignificação da profissão terão que ser abertos num espírito de participação, de partilha, de responsabilidade, de solidariedade, de cooperação e de compromisso - valores tidos como essenciais no âmbito de uma cidadania activa, tal como é reclamado pela sociedade do século XXI. São estes os valores que, colectivamente assumidos, expressam a maturidade e o potencial transformador de uma classe capaz de fazer da sua heterogeneidade - de perfis académicos,

de itinerários profissionais, de contextos de trabalho - um factor de coesão e de unidade, e não de discriminação. Uma classe responsavelmente sintonizada com o seu tempo, apta a partilhar com outros a tarefa de dar rosto a um futuro mais solidário e justo. Pedras basilares do saber pedagógico - o saber de referência de todos os docentes - a crença na mudança possível e o olhar positivo sobre o outro deverão marcar todas as dinâmicas profissionais de afirmação e de dignificação. No lugar de uma visão negativa, desencantada e céptica, é preciso colocar uma concepção positiva e optimista que faça justiça à identidade da profissão, à sua memória e ao seu potencial transformador. É aqui que reside o segredo do poder interventivo da classe, consagrado em estruturas legitimadas em décadas de muita partilha e experiência e, como tal, efectivamente representativas. |

* Conselheira Nacional da FENPROF

Conferência Sindical Docente

Sindicatos de Professores da CPLP discutem organização



A FENPROF volta a reunir em Portugal os sindicatos de docentes dos países de língua portuguesa. Por sua iniciativa foi criada a CPLP - Sindical de Educação e agora chegou a hora de avaliar a cooperação estabelecida, debater os principais problemas com que o sindicalismo docente se confronta e criar condições para fortalecer os laços já existentes. Para a FENPROF é fundamental que a CPLP Sindical de Educação ganhe estatuto e se estruture de forma a ser capaz, também, de dar respostas de acção positivas no plano sindical, mas também da formação de quadros.

Com este sentido, a FENPROF organiza em Coimbra, na manhã de 16 de Março, uma Conferência Sindical com o objectivo de prosseguir o debate sobre a aprovação de Estatutos desta organização sindical à escala planetária e de estudar processos para a definição de estruturas e responsabilidades dos vários países.

O Hotel D. Inês, em Coimbra, precisamente o local onde de tarde se realizará um Seminário Internacional, aberto, nomeadamente, à comunicação social, terá em 16 de Março delegações das organizações sindicais docentes de Timor Leste, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau e S. Tomé e Príncipe, para além de Portugal, para reforçar o papel da cooperação internacional dos países que falam português. |



“Obrigados a mudar de profissão”

Trenta mil docentes estão sem colocação. Se alguns se mantêm, teimosamente, a enviar currículos, à espera de um milagre, muitos mudam de rumo. É assim que o País com uma das mais altas taxas de insucesso e abandono escolar da União Europeia se dá ao luxo de ter professores caixas em hipermercados, recepcionistas e seguranças. Histórias de quem apostou numa paixão - o Ensino - e foi traído. (...)

Ao fim de alguns anos de teimosa resistência, passados no desemprego ou com horários tão reduzidos que não lhes oferecem o salário mínimo, muitos decidem procurar alternativas, mudando, por completo, o rumo da sua carreira. E então Portugal depara-se com professores a passar códigos de barra em supermercados, a vender seguros e enciclopédias porta a porta, a fazer biscoitos aqui e ali. Por ironia, num país que precisa de Educação como de pão para a boca, com uma das mais altas taxas de insucesso e abandono escolar da União Europeia e um analfabetismo funcional próximo dos 50%, segundo um estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Só em Setembro, inscreveram-se nos centros de emprego mais de 17 mil professores. É uma corrida habitual, no mês em que saem os resultados do concurso para os contratados, mas 2003 registou um aumento superior a 11%, em relação a Setembro do ano anterior. De acordo com a FENPROF, as estatísticas negras não se esgotam aqui, apontando para cerca de 30 mil o número total de docentes sem colocação. (...)

«Entrar no ensino, hoje, é passar vários anos num clima de grande instabilidade», sintetiza Óscar Soares, membro do secretariado nacional da FENPROF, para quem esta situação de ruptura - «um descalabro e o pior ano de sempre, nas colocações» - é, também, uma aberração económica. «O Estado gasta fortunas com a formação dos estagiários e manda-os embora. Além disso, continuamos com uma altíssima taxa de insucesso escolar, o que também vai sair caro ao sistema.»

O sindicalista alerta que esta deveria ser a hora de reorganizar o ensino, tomando medidas no sentido de melhorar a qualidade, facilitando as aposentações («para combater o envelhecimento da classe, uma profissão de grande desgaste») e diminuindo o número de alunos por turma. «Depois, vai ser tarde. Os professores que não conseguem colocação seguem outro percurso profissional, não ficam à espera. Muitos não chegam a ter experiência fora do estágio.»

Visão, 12/02/2004

Plataforma para a acção imediata aprovada no 10º Congresso da CGTP-IN

As prioridades da intervenção sindical

A largar o movimento em torno dos objectivos da Marcha Nacional pela Educação, iniciativa que juntou milhares de pessoas em Lisboa no passado dia 23 de Janeiro; desenvolver um movimento de opinião pública por um Serviço Nacional de Saúde (SNS) para todos, com qualidade, promovendo uma concentração, a 7 de Abril, junto ao Ministério da Saúde; e realizar uma Jornada de Luta Nacional, a 11 de Março, em todos os sectores, com acções diversificadas, incluindo paralisações e manifestações - são iniciativas em foco na **Plataforma Reivindicativa Imediata**, aprovada pelos delegados ao 10º Congresso da CGTP-IN, que decorreu em Lisboa nos passados dias 30 e 31 de Janeiro. Nesse importante “guia” para a acção, a Central apresenta ainda 14 objectivos imediatos (ver outra peça).

Depois de considerar que se vive um “momento particularmente grave na sociedade portuguesa marcado por uma ofensiva sem precedentes contra os trabalhadores e contra o próprio regime democrático saído do 25 de Abril”, a Plataforma aprovada na reunião magna da CGTP sublinha:

“As opções fundamentais do Governo PSD/PP traduzem-se na recessão económica; na degradação das condições de vida de grande parte da população; na quebra dos salários reais; no aumento do desemprego; na redução dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, expressos no Código de Trabalho e na proposta de regulamentação; no assalto do capital financeiro ao núcleo estrutural do Estado Social - educação, segurança social e saúde”

A Intersindical alerta ainda para as opções do Governo que visam “o desmantelamento da Administração Pública”, procurando “entregar à gula lucrativa serviços essenciais como a água e o ambiente.”

O 10º Congresso da Central salientou que esta “política do desastre” é feita, pretensamente “em nome das contas públicas e da competitividade, mas não há nem consolidação orçamental nem aumento da eficiência económica. O que há é um País com maiores desigualdades e injustiças, à mercê dos grandes interesses económicos.”

Descriminalização e despenalização do aborto

A Plataforma aprovada pelos cerca de mil delegados presentes na antiga FIL destaca noutra passagem:

“O Congresso aprovou orientações fundamentais para uma estratégia de desenvolvimento económico e social. A valorização do trabalho, a qualidade do emprego, a melhoria dos salários, a igualdade no trabalho, a erradicação das discriminações, as políticas sociais não só são necessárias como são imprescindíveis ao próprio desenvolvimento.”

E mais adiante:

“O 10º Congresso reafirma a necessidade de prosseguir a luta pela descriminalização e a despenalização do aborto, pela efectivação das leis sobre o planeamento familiar e a educação sexual e pelo aprofundamento da protecção da saúde reprodutiva das mulheres, tarefa que se mostra ainda mais urgente face aos processos judiciais em curso.”

A Central considera que “a concretização” daqueles “objectivos imediatos passa obrigatoriamente por melhorar o trabalho de organização sindical e envolver os trabalhadores na contratação colectiva, frentes de trabalho que se mostram prioritárias no actual contexto político-sindical.”



Cerca de 950 delegados participaram nos trabalhos do Congresso da *Inter*, incluindo os representantes dos 7 sindicatos da FENPROF

Paulo Sucena presidiu à sessão de abertura do 10º Congresso da CGTP



Objectivos imediatos

1º Valorizar os direitos dos trabalhadores e o direito de contratação colectiva pelo que nos bateremos para que o Código de Trabalho seja expurgado das suas normas lesivas e lutaremos contra a sua aplicação nos locais de trabalho;

2º Combater o desemprego e a precariedade, o que implica lutar por uma estratégia de desenvolvimento económico e social que tenha como eixo central a criação de emprego de qualidade;

3º Lutar contra a carestia de vida e pela actualização justa dos salários. Lutaremos contra o aumento dos preços dos bens essenciais e por para aumentos salariais de 5%, devendo ser assegurado que nenhum trabalhador tenha um aumento inferior a 25 euros, pelo que exigiremos ao Governo a correcção à actualização do salário mínimo nacional;

4º Promover a igualdade no trabalho, dando combate a todas as discriminações, bem como ao emprego precário e clandestino, defendendo ainda a legalização dos trabalhadores imigrantes;

5º Elevar a qualificação profissional, sendo urgente concretizar os compromissos do acordo de emprego e formação de que pelo menos 10% dos trabalhadores de cada empresa devem participar em acções de formação contínua e o direito de cada trabalhador a um mínimo anual de 20 horas de formação certificada com 35 horas em 2006;

6º Reduzir os acidentes de trabalho e das doenças profissionais, exigindo políticas de prevenção nas empresas e a criação de serviços de saúde e segurança no trabalho, pelo que importa desenvolver o trabalho para a eleição dos representantes dos trabalhadores e para a constituição das Comissões de Higiene e de Segurança.

7º Lutar contra a subversão do papel do Estado, que está em marcha na Administração Pública, Central, Regional e Local, e aos serviços públicos, e defender a modernização da Administração Pública, salvaguardando os direitos dos trabalhadores; e defender o Poder Local Democrático.

8º Lutar contra a fraude e a evasão fiscal, sendo prioridades a aplicação de indicadores técnico-científicos para o cálculo do lucro tributável e a aprovação pelo Parlamento de um diploma sobre o cruzamento de dados entre a Administração Fiscal e a Segurança Social;

9º Salvaguardar a segurança social pública, universal e solidária, impedindo o seu retrocesso, sendo prioritário o combate à instituição de tectos contributivos e a luta por medidas que garantam e não ponham em causa a sua sustentabilidade financeira;

10º Melhorar o poder de compra das pensões e actualizar as pensões mínimas, tendo em conta um valor mais justo para o salário mínimo nacional;

11º Lutar contra a redução das prestações da segurança social, sendo prioritário impedir a diminuição do subsídio de doença nas baixas até 90 dias e exigir a alteração do regime das prestações familiares;

12º Lutar por um SNS para todos com qualidade, contra uma visão privatizadora e mercantilista da saúde. Constituem prioridades o combate à entrega dos Centros de Saúde e hospitais à iniciativa privada e a actualização das participações do Estado.

13º Lutar por uma educação pública, universal e de qualidade e contra a proposta de Lei de Bases da Educação que visa desresponsabilizar o Estado e encurtar o ensino básico de nove para seis anos.

14º Lutar contra a privatização da água e do ambiente, afirmando a necessidade de salvaguardar a gestão pública destes serviços essenciais.

Da Plataforma Reivindicativa Imediata, aprovada pelo 10º Congresso da CGTP-IN, Lisboa, 30 e 31 de Janeiro 2004

“Confiança para avançar”

No plano orgânico, a CGTP-IN cresceu. Temos mais sindicatos conosco e filiaram-se nos últimos dois anos os 4 sindicatos de professores do Continente, membros da FEN-

PROF. Fizemos nestes quatro anos mais 222.615 novas sindicalizações. 32,2% são jovens com menos de 30 anos e 55% são mulheres. Estes resultados dão-nos confiança para avançar, neste Congresso, uma meta ainda mais ambiciosa para os próximos quatro anos.

Manuel Carvalho da Silva, na abertura do 10º Congresso

Professores no Conselho Nacional da CGTP-IN

Todos os sindicatos da FENPROF estão representados no Conselho Nacional da Central. Paulo Sucena, Secretário Geral da FENPROF, integrará a Comissão Executiva da CGTP-IN.

Os professores eleitos para o Conselho Nacional são: Abel Macedo (SPN); Ana Rita Carvalhais (SPRC); Augusto Pascoal (SPGL); Isabel Rute Cardoso (SPM); João Paulo Silva (SPN); José Francisco Estevão (SPZS); José Marques Janela (SPZS); Manuel Sá (SPE); Maria da Fé Carvalho (SPZS); Maria Luisa Cordeiro (SPRA); Mário David Soares (SPN); Mário Nogueira (SPRC); Óscar Soares (SPGL) e Paulo Sucena (FENPROF).

11 de Março: jornada de luta nacional

Educação

Factor estratégico para o desenvolvimento

Mário David Soares*

Se é verdade que com o 25 de Abril a Educação em Portugal registou importantes progressos, as políticas educativas seguidas pelos sucessivos governos tornou a situação que hoje se vive quase dramática. Apenas alguns números para ilustrar esta realidade: um em cada dois portugueses com idades compreendidas entre os 15 e os 65 anos é analfabeto funcional; 31% da população empregada continua a possuir apenas o 1º ciclo do ensino básico ou ainda menos; 62,6% tem o 3º ciclo do ensino básico ou menos, sendo que destes apenas 7,3% concluiu este nível de escolaridade; somente 11,5% da população empregada possui o ensino secundário completo e, apenas 7,8%, uma licenciatura completa.

Mas não se pense que estamos a falar dos trabalhadores mais idosos. Segundo os dados oficiais publicados pelo INE em 2001, 59,4% da população empregada possuía o ensino básico ou menos e 27,2% destes referem-se a trabalhadores com menos de 34 anos de idade!

Esta é a nossa realidade. Uma realidade que nos coloca, de acordo com o relatório da OCDE, publicado em 2002 e referente a dados recolhidos em 2001, na cauda dos 30 países da OCDE com a mais baixa taxa relativamente à percentagem da população que, entre os 25 e os 64 anos de idade, tinha concluído o ensino



“O “Plano de Acção da Comissão da União Europeia para a Competência e a Mobilidade”, publicado em 2001, afirma que em Portugal 43,1% dos “jovens com idade compreendida entre os 14 e os 18 anos abandonaram o ensino precocemente sem formação ulterior” o que é um número impressionante se comparado com a média da União Europeia: 18,5%”

secundário - 20%, muito abaixo da média dos países da OCDE que é de 64%!

E para vos citar um último dado: o “Plano de Acção da Comissão da U.E. para a Competência e a Mobilidade”, publicado em 2001, afirma que em Portugal 43,1% dos “jovens com idade compreendida entre os 14 e os 18 anos abandonaram o ensino precocemente sem formação ulterior” o que é um número impressionante se comparado com a média da União Europeia: 18,5%!

Menos 216 milhões de euros para a Educação

Esse é o resultado das políticas educativas seguidas pelos sucessivos governos. No entanto, o actual governo PSD/PP pretende ir mais longe no ataque ao direito constitucionalmente garantido de acesso à educação de todos, sublinhando, de todos os portugueses. Dois exemplos ilustrativos: o Orçamento de Estado para a Educação de 2004 e a proposta de Lei de Bases da Educação apresentada pela maioria neo-liberal e reaccionária que nos governa.

O Orçamento do Estado deste ano reduziu 216 milhões de euros na Educação, sendo o

Ministério da Educação aquele que apresenta a maior quebra em relação a 2003: 4,2%. Em matéria de investimento a descida é de cerca de 23%.

Neste orçamento, em matéria de investimento, o Governo impôs um corte de 32,5% para a Educação Pré-Escolar e os Ensinos Básico e Secundário. A Educação Pré-Escolar e o 1º Ciclo do Ensino Básico têm cortes de dimensão muito significativa no campo do investimento (64,5% e 29,3%, respectivamente) o que levou o próprio Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses a afirmar que o desenvolvimento destes sectores “irá ficar paralisado”. Isto porque, como se sabe, é ao poder local que cumpre assumir um grande número de responsabilidades nestes sectores de educação e ensino, incluindo ao nível da acção social escolar.

No que respeita aos ensinos básico e secundário, o corte orçamental, na área da Acção Social Escolar, atingiu os 59,2%.

Estes números revelam que o discurso governamental sobre a sociedade do conhecimento e a necessidade de qualificação da população portuguesa mais não é do que poeira atirada aos

olhos dos cidadãos...

O que estamos é perante uma política que agrava as incorrecções e as desigualdades e que é contrária à construção de uma escola democrática e na qual os jovens tenham condições de sucesso efectivo.

Lei de Bases: as opções neoliberais do Governo

Quanto à proposta de Lei de Bases da Educação apresentada na Assembleia da República pelo PSD/PP ela assenta essencialmente na intolerável desresponsabilização do Estado na tão decisiva área da Educação e Ensino e na defesa das políticas de livre escolha educacional e de mercado na educação.

Modelando o conceito de “garantia de liberdade de aprender e ensinar” ao seu pensamento neo-liberal, o Governo aposta na criação de uma “rede de ofertas educativas” que obrigam o Estado a um apoio equitativo aos sectores público e privado.

Desse modo a responsabilidade do Estado pela expansão e qualidade da rede pública é substituída pela obrigação de apoiar financeiramente o ensino privado na mesma medida em que apoia o ensino público.

Por outro lado, o Governo propõe ainda uma nova organização dos ensinos básico e secundário, diminuindo o primeiro de nove para seis anos e aumentando o ensino secundário de três para seis anos, com a clara intenção de baixar o tronco comum de nove anos do actual ensino básico a fim de permitir que a partir do 7º ano de escolaridade se possam discriminar os alunos por diferentes vias, não explicitadas, podendo remeter jovens entre os 11 e os 12 anos para escolhas profissionalizantes precoces e avulsas, sem equivalência escolar e sem caminho de retorno para uma educação/formação contínua ascendente.

Uma opção dessa natureza só pode ser entendida como a expressão da vontade do Governo de degradar a formação de base que o sistema educativo deve oferecer a todos os jovens em idade escolar e obrigá-los a fazer precocemente a escolha do seu futuro.

Os riscos do aumento da exclusão social

Face a esta política temos que desenvolver uma acção decisiva nesta área, informando e mobilizando os trabalhadores para a exigência de uma escola pública, democrática e de qualidade. A Marcha Nacional da Educação, realizada no passado dia 23 de Janeiro foi um momento importante que urge continuar e aprofundar.

A chamada “sociedade do conhecimento” é uma expressão que revela a importância do conhecimento como factor propulsor do desenvolvimento. O mundo conhece a revolução tecnológica e as tecnologias são mais baratas; mas a sua difusão e controlo é entravada pela dificuldade humana na sua utilização.

Está em crescimento o número de pessoas que usam o sistema escolar durante um maior tempo das suas vidas. A procura de trabalho nos países mais avançados desloca-se para empregos que exigem qualificações mais elevadas. Os riscos de exclusão social, particularmente para os trabalhadores com baixas taxas de escolarização e formação, são maiores nas sociedades modernas. Tudo isto demonstra o lugar chave da educação e da formação nos dias de hoje.

Em Portugal estas exigências são acrescidas devido aos problemas que enfrentamos. Para a CGTP-IN a resposta a estas exigências tem de passar por uma vontade política forte para a necessidade de um investimento na educação, pela mobilização de todas as partes envolvidas, por um exercício constante de avaliação face

a países com resultados mais avançados, pela atribuição dos recursos necessários e pela aposta na qualidade do ensino.

O número de jovens que abandonam precocemente a escola sem terminarem os estudos, como afirmámos atrás, é mais de duas vezes superior à média verificada na UE. São estes jovens que alimentam empregos de má qualidade, particularmente no comércio e serviços, e que correm sérios riscos de exclusão social.

Para a CGTP-IN é urgente o debate público sobre a diversificação de novas vias de educação escolar nomeadamente o alargamento do ensino profissional com acesso efectivamente gratuito; a articulação entre a escola, os seus objectivos, os programas e as necessidades de competências do sistema económico e social; a articulação entre o sistema escolar e o sistema de formação profissional, nomeadamente no que diz respeito à formação contínua a desenvolver nas empresas.

Importa concretizar medidas constantes do acordo de concertação social sobre emprego, educação e formação, particularmente: assegurar que até 2006 todos os jovens até aos 18 anos de idade possam frequentar percursos de educação ou de formação que permitam a obtenção de níveis crescentes de escolaridade ou de formação profissional; o desenvolvimento de anos de formação pós-básico de natureza qualificante; a efectivação da cláusula de formação nos contratos de trabalho. |

** Membro do Secretariado Nacional da FENPROF, da Direcção do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e do Conselho Nacional da CGTP-IN. Texto retirado da intervenção proferida no X Congresso da Central (Lisboa, 30 e 31 de Janeiro 2004). Subtítulos da responsabilidade do “JF”*

Seminário em Coimbra “A Educação e o Progresso nos Países de Língua Portuguesa”

Na véspera do 8º Congresso Nacional dos Professores, decorrerá em Coimbra um seminário internacional da CPLP - Sindical de Educação, reunindo os elementos que representarão as organizações sindicais de docentes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa nos trabalhos da reunião magna da FENPROF, marcada para os dias 17, 18 e 19 de Março, no Centro de Artes e Espectáculos da Figueira da Foz.

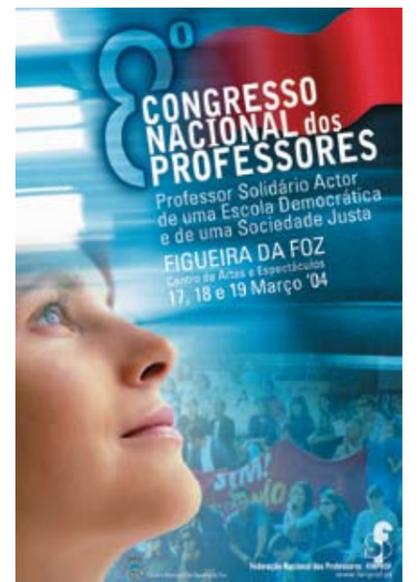
O Seminário decorrerá no Hotel D. Inês, em Coimbra, com início às 14h30 do dia 16 de Março, subordinado ao tema “A Educação e o Progresso nos Países de Língua Portuguesa”.

A Professora Doutora Luísa Veiga, do Instituto Politécnico de Coimbra, presidirá aos trabalhos deste encontro. Para a sessão de abertura

foi convidado o Presidente da Câmara Municipal, Dr. Carlos Encarnação. O Professor Doutor Avelãs Nunes, Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, e Paulo Sucena, Secretário-Geral da FENPROF, contam-se entre os participantes deste seminário.

Entretanto, a conferência tem como objectivo discutir aspectos relativos à organização, estruturas dirigentes e Estatutos da jovem CPLP - Sindical de Educação, além da articulação e cooperação entre as diferentes estruturas.

Entre as delegações estrangeiras esperam-se sindicalistas de todos os países de língua portuguesa, referindo-se, a esse propósito que a jovem organização sindical docente de Timor Leste se conta entre as participantes. |



“Mesmo antes de começar o 8.º Congresso Nacional dos Professores, na Figueira da Foz, a língua portuguesa unirá esforços para transformar positivamente os países onde é falada.”

Simpósio Internacional "Ciência, Conhecimento e Mercado"

Vai realizar-se em Lisboa, de 21 a 23 de Outubro de 2004, o Simpósio Internacional "Ciência, Conhecimento e Mercado" numa organização conjunta da Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos (FMTC), e das associações portuguesas suas filiadas que são a Federação Nacional dos Professores (FENPROF) e a Organização dos Trabalhadores Científicos (OTC).

A Federação Mundial, fundada em 1946, com sede em Paris, é uma organização internacional não governamental (ONG), com relações oficiais de consultadoria junto da UNESCO e do Comité Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) (ver caixa). A FMTC reuniu por várias vezes em Portugal o seu Conselho Executivo e algumas comissões especializadas, e vai agora reunir em Lisboa a sua 19ª Assembleia Geral, nos dias a seguir ao Simpósio.

Com a periodicidade das Assembleias Gerais que é de quatro anos, a Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos organiza regularmente eventos sob a forma de conferências ou simpósios em que procura uma abordagem pluridisciplinar transversal de temas de actualidade, ligando aspectos científico-técnicos, jurídicos e filosóficos aos aspectos



económicos e sociais de grandes questões de sociedade, em cuja análise e evolução a Ciência e os que a constroem têm um papel determinante.

Em 1996, por ocasião da sua 17ª Assembleia Geral, a FMTC levou a efeito em Paris, na sede da UNESCO e com o patrocínio desta, o Simpósio intitulado "Ciência, Ética e Sociedade". Em 2000, por ocasião da 18ª Assembleia Geral, levou a cabo na Universidade de Regina, no Canadá, com o patrocínio desta Universidade e novamente da UNESCO, o "Millenium Symposium on Science, Society and Human Rights", como contribuição para a implementação da Declaração da UNESCO sobre a Ciência e a Utilização do Conhecimento Científico no Séc. XXI, aprovada na Conferência Mundial sobre a Ciência, realizada em Budapeste (Junho-Julho de 1999).¹

Enquadramento da iniciativa

Sociedade do Conhecimento ou Economia do Conhecimento? Uma interrogação do século XXI...

«Porquê e para quê a investigação científica?»

Nenhum debate sobre os grandes problemas da actualidade, seja ele de âmbito nacional, regional ou mundial, pode ignorar esta questão. Nem pode passar em claro o facto de que, ao mesmo tempo que se tornam realidade, novas e extraordinárias realizações da ciência e da técnica, as jovens gerações tendem a afastar-se das carreiras científicas.

Os países pobres são mantidos à margem do desenvolvimento, desde logo nos domínios da educação e da ciência, assistindo-se a uma fuga de cérebros para as regiões desenvolvidas, ao mesmo tempo que os saberes tradicionais são desvalorizados.

Os cidadãos mostram desconfiança em relação à ciência e as técnicas mais avançadas são muitas vezes acolhidas com cepticismo ou são mesmo objecto de rejeição sem fundamento racional.

É caso para nos interrogarmos seriamente sobre o sentido da palavra progresso!

E que dizer dos criadores do conhecimento científico e daqueles que desenvolvem as suas aplicações práticas - investigadores, engenheiros de projecto, técnicos de investigação? Estes, os trabalhadores científicos, não são máquinas de produzir conhecimentos nem máquinas de aplicar esses conhecimentos.

Persistentemente, a Federação Mundial vem agindo para que os trabalhadores científicos tomem parte activa nos grandes debates que a todos os cidadãos dizem respeito. Em causa estão escolhas de sociedade com consequências de muito longo prazo e que são parte integrante de uma estratégia de desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Para aí chegar há um caminho a percorrer em conjunto: trabalhadores científicos, por um lado, mas também, decisores, financiadores, e consumidores.

Os primeiros têm a responsabilidade particular de trazer o contributo dos seus conhecimentos técnicos e científicos e da sua experiência específica a esta procura, que a necessidade de assegurar à Humanidade um futuro no planeta Terra, de recursos naturais limitados, torna inevitável.

O Simpósio que se anuncia coloca o acento tónico nas relações entre Ciência e Mercado, do ponto de vista do impacto dessas relações em domínios-chave como o acesso à água, a produção de alimentos e de medicamentos, mas também do ponto de vista dos seus reflexos nas condições de trabalho dos profissionais da investigação e no funcionamento das infra-estruturas de I&D.

A dimensão profissional e a dimensão

social do trabalho científico encontram-se e interpenetram-se.

É, por vezes, difícil a um cientista, se não mesmo perigoso, tomar posição fora do seu domínio profissional, por exemplo, acerca das fontes de financiamento da investigação ou da comercialização dos resultados científicos obtidos. No entanto, é importante debater tais questões, particularmente nos países e regiões de maior concentração do potencial científico e tecnológico.

Na Europa está em marcha nesta altura a construção do Espaço Europeu da Investigação (ERA) enquanto o 6º Programa Quadro de Investigação e Desenvolvimento, que atingiu já a metade do seu percurso, acentuou uma viragem, face aos que o precederam, suscitando um movimento de opinião a favor da criação de um Conselho Europeu de Investigação, dirigido para o financiamento da investigação fundamental. Nos Estados Unidos, o esforço público de I&D aumentou de forma sensível em anos recentes, e continua a crescer.

O potencial científico e tecnológico dos grandes países asiáticos, como a China, a Índia e o Japão, desenvolve-se de forma sustentada.

É neste quadro que Lisboa, onde foi decidida a criação da ERA na cimeira europeia de Março de 2000, foi escolhida pela FMTC para o debate de grande actualidade que se anuncia



e no qual todos os interessados são convidados a participar.

Temas das sessões

I. Propriedade intelectual e sociedade do conhecimento

- Descoberta et invenção. Conhecimento científico et conhecimento empírico tradicional
- Patenteação da vida e do património natural
- A propriedade intelectual e a "guerra económica": o papel das organizações internacionais

II. Biodiversidade e organismos geneticamente modificados

- Importância da biodiversidade para as sociedades humanas. Consequências da introdução dos organismos geneticamente modificados na cadeia alimentar et da sua disseminação no meio ambiente
- Contextos económicos e opções políticas

III. Saúde e acesso à água

- Investigação de novos fármacos: estratégia científica dos grandes grupos multinacionais
- A água, bem público mundial

O Simpósio que se anuncia coloca o acento tónico nas relações entre Ciência e Mercado, do ponto de vista do impacto dessas relações em domínios-chave como o acesso à água, a produção de alimentos e de medicamentos, mas também do ponto de vista dos seus reflexos nas condições de trabalho dos profissionais da investigação e no funcionamento das infra-estruturas de I&D.

IV. O mercado do trabalho científico

- A precarização dos investigadores
- O problema da fuga dos cérebros
- A cooperação entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento

V. Investigação fundamental e domínio público

- Financiamento público da investigação fundamental
- Relações entre as instituições públicas de investigação e o sector privado¹

Organizações filiadas em 29 países

A Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos (FMTC) é uma prestigiada organização internacional não-governamental, com sede em Paris, que mantém relações oficiais com a UNESCO e um estatuto de consultadoria junto do Comité Económico e Social da ONU. Foi fundada após a II Grande Guerra Mundial pelo Prémio Nobel Frédéric Joliot-Curie, seu primeiro presidente. A FMTC participou na elaboração da Recomendação da UNESCO de 1974 sobre o trabalho e o papel dos investigadores nas sociedades e no Mundo.

Actualmente, a Federação é presidida por um engenheiro geógrafo, André Jaeglé, e tem organizações filiadas e correspondentes individuais em 29 países de África, América do Norte e do Sul, Ásia e Europa, incluindo Portugal, representado pela FENPROF e pela OTC. A FMTC participa regularmente, como observadora, nas reuniões do Comité Internacional de Biotética (CIB) e da Comissão Mundial de Ética dos Conhecimentos Científicos e Tecnológicos (COMEST).

Carreiras docentes do ensino superior e de investigação

No Ensino Superior aguarda-se a apresentação da parte do MCES de uma proposta para negociação que fora prometida até ao final de Janeiro.

A FENPROF tem vindo a exigir a negociação de alterações às carreiras docentes do Ensino Superior e à carreira de investigação científica, de modo a atingir os seguintes objectivos principais:

- O desbloqueamento das promoções, mediante a criação de quadros de dotação global e de provas de mérito absoluto;
- A segurança de emprego na função pública após um período probatório de curta duração.

O problema da precariedade de emprego que envolve cerca de

70% dos docentes e que é mais sentido no Politécnico, é o mais grave. A FENPROF não aceita que alguém possa estar sujeito a ter que abandonar a carreira tendo cumprido todos requisitos que lhe são exigidos. Para a FENPROF, os docentes e os investigadores de carreira, uma vez que se encontram a satisfazer necessidades permanentes das escolas, têm direito a uma rápida vinculação estável à função pública, sem prejuízo da existência de um processo mais longo de vinculação estável à carreira que deverá ser concretizada logo que reunidas as qualificações para o efeito. ¹

JCS

“Educação Cidadã para uma Cidade Educadora”

Considerado o “maior evento” do programa comemorativo dos 450 anos da cidade de São Paulo, no Brasil, decorrerá entre os dias 1 e 4 de Abril próximo um Fórum Mundial de Educação, que terá como palco principal o Palácio das Convenções de Anhembi. São aguardados cerca de 60 mil participantes: educadores, professores e outros profissionais ligados à Educação, oriundos de todos os continentes.

“Educação Cidadã para uma Cidade Educadora” é o tema geral deste Fórum, cuja agenda de debates inclui 10 “eixos temáticos”, que vão desde a educação como direito social e humano até à problemática das desigualdades sociais e o seu reflexo na Escola, passando pelo “papel social do Ensino Superior na perspectiva de uma educação cidadã”, não esquecendo temas

fundamentais como “a produção e o acesso ao conhecimento” ou “a educação cidadã e as políticas públicas para a infância”. I



“Pela Paz, contra a guerra e a ocupação do Iraque” Iniciativa em Lisboa a 20 de Março



Florival Lança*

É perturbante a constatação de que a actual escalada belicista, bem expressa nas recentes agressões militares, desencadeadas pelos Estados Unidos e seus aliados, nomeadamente no Iraque, resultam, em primeiro lugar, da aplicação prática da decisão imperial dos Estados Unidos de controlar as principais fontes de produção energética e respectivas rotas de escoamento, assim como de assegurar o domínio estratégico de regiões chave do globo.

Daqui condenamos, uma vez mais, o Governo PSD/PP, por ter colocado Portugal na lista dos países agressores e em confronto com a legalidade internacional.

O aumento do sofrimento imposto aos povos em toda a região do Médio Oriente, em resultado das agressões dos EUA e seus aliados, está a atingir níveis intoleráveis fazendo crescer a consciência, à escala planetária, de que este não é o caminho de futuro para a humanidade, ganhando corpo um grande movimento anti-imperialista dos povos contra a guerra, contra o neoliberalismo e pela Paz.

A CGTP-IN faz parte activa deste amplo movimento, fiel aos seus princípios e objectivos, empenhada no esclarecimento e mobilização dos trabalhadores portugueses para a participação nas iniciativas e acções decididas



em espaços abertos de debate como os Fóruns Mundiais, Europeus ou Nacionais onde participa. Assim, afirma todo o seu empenho na mobilização dos trabalhadores, no sentido de contribuir para o êxito da acção que já está decidida para o próximo dia 20 de Março

(sábado), sob o lema “Pela Paz, contra a guerra e a ocupação do Iraque”. I

* Membro do Conselho Nacional da CGTP-IN. Da intervenção proferida no 10º Congresso da Central, Lisboa, 30 e 31 de Março de 2004

OPINIÃO

Sindicalismo para o século XXI

Aníbal C. Pires*

Hoje, tal como no século XX, os dirigentes sindicais e os sindicatos continuam confrontados com as lutas de sempre, mas, agora, num contexto de grande complexidade política, económica e social da qual não se podem desligar.

O processo de globalização, assente nos notáveis avanços das tecnologias de informação e comunicação postos ao serviço do modelo económico neoliberal, tem sido o principal suporte do processo de internacionalização e interdependências, da concentração e do domínio do capital financeiro e da desconcentração da actividade produtiva relativamente aos centros decisórios. A deslocalização de empresas na procura de baixos salários e de trabalho sem direitos, a especulação financeira e a criação de paraísos fiscais são um claro exemplo dos actuais “benefícios” desta mundialização.

Mas a utilização das tecnologias de informação e comunicação abriram, igualmente, possibilidades para a resolução de muitos dos problemas que actualmente afectam a humanidade. Só o domínio e a apropriação destas ferramentas tecnológicas, por parte dos grandes grupos económicos transnacionais, tem evitado a democratização do denominado processo de globalização. O que se exige não é o fim da globalização, antes pelo contrário, exige-se mais globalização, exige-se que a globalização seja económica, social e cultural e, que os progressos científicos e tecnológicos sejam internacionalizados e postos ao serviço do desenvolvimento e da realização dos indivíduos e dos povos.

Nos países desenvolvidos e com o declinar do século XX, nomeadamente a partir da década de 80, iniciou-se um processo que tem vindo progressivamente a pôr em causa algumas das conquistas civilizacionais de ordem social, conseguidas através de uma tenaz luta política e sindical, e que são apanágio da centúria precedente. O crescente desequilíbrio na distribuição do valor acrescentado, com claro prejuízo para os assalariados, verificando-se uma tendência crescente para a baixa dos salários reais, o aumento do desemprego e a precarização das relações de trabalho constituem sinais claros desta investida que tem produzido uma crescente expansão da pobreza e da exclusão nos países desenvolvidos.

Mas, também, garantias colectivas, como a segurança social, os sistemas de saúde e educação públicos e as aposentações têm sido alvo da gula dos que, em nome de relações laborais “modernas” e flexíveis e de “menos Estado melhor Estado”, procuram desm-

antelar as estruturas do estado social para delas se apoderarem (porque será?) e, estrategicamente, em nome da modernidade, presenteiam-nos com a individualização das carreiras profissionais, com a consequente atomização dos trabalhadores, pondo em causa as negociações colectivas e os direitos sindicais, daí resultando graves discriminações sociais e salariais, hoje já bem evidentes em alguns dos sectores da actividade económica nacional e europeia.

Esta estratégia do grande capital financeiro, montada em nome da (sua) globalização, do mercado, da eficiência económica e do fim das ideologias, visa não só a desregulação dos mercados e o regresso a formas brutais de exploração do trabalho assalariado, mas, igualmente, o enfraquecimento e desmantelamento dos sindicatos e do movimento sindical.

Em Portugal a acção do movimento sindical, consubstanciado na CGTP e nos seus sindicatos, não se tem pautado apenas às lutas reivindicativas e de defesa dos direitos dos trabalhadores. A sua acção tem sido mais vasta e, acima de tudo, de propositura sustentada no estudo das mutações políticas, económicas, sociais e culturais que desde 1989 (queda do muro de Berlim) se têm sucedido a um ritmo crescente e acelerado. Embora este último aspecto seja escamoteado pelos “media” que, a soldo de interesses inconfessáveis, procuram construir uma representação negativa da CGTP, como sendo uma organização ortodoxa e avessa à modernidade, no entanto, a verdade é que a imagem e a acção da CGTP tem conquistado a adesão de novos membros, dos quais destacamos alguns dos Sindicatos que integram a FENPROF, e o reconhecimento pela generalidade dos trabalhadores portugueses.

Neste contexto assume crucial importância que alguns sindicatos independentes, membros da FENPROF, iniciem um debate interno tendo em vista a sua eventual adesão à CGTP.



O Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) é um dos membros da FENPROF que, tal como o Sindicato dos Professores da Madeira e o Sindicato dos Professores no Estrangeiro, ainda não encetou o processo de discussão e adesão à CGTP. A eleição de dirigentes destes Sindicatos, enquanto membros da FENPROF, para o Conselho Nacional da CGTP durante o 10.º Congresso desta Central Sindical, recentemente realizado, veio juntar mais um argumento à necessidade destes Sindicatos promoverem o processo de adesão ao movimento sindical que, desde sempre, tem estado ao lado de todas as lutas dos docentes portugueses e da escola.

Hoje, mais do que nunca, a educação e a formação não são apenas alvo da atenção e interesse dos profissionais de ensino. A importância deste sector social e as políticas que o enquadram atravessam transversalmente toda a sociedade portuguesa.

Se outros argumentos faltassem para justificar a necessidade do SPRA e outros sindicatos de professores se unirem, na acção e defesa dos seus direitos e de uma escola pública de qualidade, com a CGTP, este será, em nossa opinião, o suficiente - a educação é de todos e para todos. I

anibalpires@sapo.pt

*Dirigente do SPRA/Área Sindical de S. Miguel

“Emigração, integração e emprego”



Por diversas ocasiões tenho tido a oportunidade de, no âmbito das minhas funções no Comité Económico e Social Europeu, trabalhar com um colega espanhol, Pariza Castaños, especialista em questões de emigração. O último parecer emitido pelo comité, e para o qual tive a honra de contribuir com a minha modesta opinião, versava sobre “Emigração, integração e emprego”. Perdoar-me-ão aqueles que têm a paciência de ler esta coluna que cite algumas passagens do texto apresentado pelo meu amigo Pariza Castaños que por serem tão claras e certas merecem que sobre elas eu não faça outros comentários.

“As migrações foram substanciais às comunidades humanas ao longo da história. O progresso das comunidades humanas e das civilizações não pode ser compreendido sem o estudo das migrações. Actualmente, os processos migratórios de numerosos indivíduos devem ser considerados uma força muito positiva para o progresso económico, social e cultural, tanto dos países de origem, como dos países de acolhimento.

Há que ter em conta que a imigração não é apenas a consequência das necessidades económicas e profissionais da Europa, como também da situação demográfica, das desigualdades económicas e sociais e da instabilidade política dos países terceiros de origem de imigrantes e de refugiados. Por isso, é necessário melhorar a cooperação com os países de origem na gestão dos movimentos migratórios no quadro da política externa da UE.

As populações europeias estão a envelhecer e, a curto prazo, não é de prever uma alteração radical desta tendência. Os dados actuais indicam que, na UE, irá decrescer consideravelmente a população em idade activa. Embora, nalguns países, a taxa de actividade profissional ainda tenha margem para aumentar, a verdade é que no decorrer dos próximos anos a população em idade de trabalhar vai diminuir de forma brusca, em todos os Estados-Membros e nos países que proximamente vão aderir à UE. O Eurostat elaborou estes relatórios considerando baixos níveis de imigração (cerca de 630 000 pessoas por ano na UE).

Esta redução do número de pessoas em idade activa diminuirá sem dúvida os níveis de emprego e limitará o crescimento económico, a menos que a produtividade aumente muito mais que actualmente (a percentagem actual é

apenas de 1,2%). Também se deve ter em conta que a situação demográfica da UE coloca novos reptos e desafios no âmbito dos objectivos de Lisboa. Devido à situação demográfica, pode dar-se um efeito negativo para o crescimento económico e para a competitividade europeia. Se se compararem os dados europeus com o crescimento da população em idade de trabalhar nos EUA, como consequência de níveis mais altos da imigração¹, comprova-se que, também sob este ponto de vista, a Europa se encontra em desvantagem². O CESE deseja que a Comissão elabore novos relatórios sobre as previsões em matéria de imigração e respectivas consequências macro-económicas.

O envelhecimento da população terá também consequências negativas para a sustentabilidade dos sistemas de protecção social. O CESE concorda com a Comissão: a imigração



bem gerida pode evitar a redução do emprego e pode contribuir para melhorar a viabilidade dos sistemas de reformas, tudo no quadro de uma adequada política de emprego e dos objectivos e reformas de Lisboa.

Nalguns países e em alguns sectores profissionais, bem como em algumas categorias profissionais (tanto nas muito qualificadas, como nas pouco qualificadas), a falta de mão-de-obra no mercado de trabalho é manifesta (embora a taxa de desemprego continue sendo elevada para outras actividades); por isso, actualmente, já se está a utilizar a imigração por motivos profissionais para ajudar a remediar a falta de mão-de-obra.”

Após este diagnóstico, afirma-se com clareza e convicção que a igualdade de direitos e deveres é a base da integração e que “... conceder a cidadania da União aos nacionais de países terceiros que residam de forma estável no território da UE, facilitaria o exercício dos seus direitos políticos e, conseqüentemente, a

sua integração.”, o parecer do Comité aborda as questões relativas à luta contra a discriminação e à problemática da integração no mercado. A este respeito, o CESE aponta como medidas essenciais

- O acesso dos imigrantes aos serviços de formação e emprego;
- A redução das diferenças em termos de emprego entre os não comunitários e os comunitários, até 2010;
- A redução da taxa de desemprego dos trabalhadores imigrantes;
- O combate à economia informal e ao trabalho não declarado;
- A avaliação das necessidades do mercado de trabalho na UE e o contributo da imigração para cobrir as necessidades de mão-de-obra;
- O desenvolvimento da rede EURES para facilitar a admissão de imigrantes profissionais

e para fomentar a mobilidade profissional entre os Estados;

* O intercâmbio de experiências e de boas práticas no âmbito do programa de medidas para incentivar o emprego; e eliminação das discriminações no trabalho

E como é para professores que eu assino esta coluna duas notas breves que o parecer apresenta sobre o Ensino da Língua e a Educação.

No primeiro caso advoga-se que “o conhecimento da língua como instrumento de integração é não só importante para a inserção profissional como para a relação do imigrante com a sociedade de acolhimento em todos os domínios da vida social; a convivência melhora notavelmente quando não existem barreiras linguísticas e que os poderes públicos, em colaboração com as organizações sociais, devem oferecer programas de ensino da língua adaptados às características próprias dos imigrantes, gratuitos e dotados de recursos humanos e

materiais adequados. É muito importante que todas as pessoas, homens, mulheres e menores, tenham a oportunidade de assistir aos cursos em lugares próximos da sua residência e em horários e condições flexíveis e compatíveis com as actividades profissionais.”

“No que respeita aos filhos de famílias de imigrantes, o Comité considera que o acesso à educação dos menores das famílias imigradas constitui um direito universal e é de enorme importância para a integração; todavia, actualmente, alguns Estados-Membros não garantem que, independentemente da sua situação legal, todo os menores de origem imigrante tenham o mesmo acesso à educação em condições de igualdade de tratamento e de qualidade que os menores nacionais.

Muitas vezes a negligência das autoridades deu origem à concentração de menores imigrantes ou pertencentes a minorias étnicas em centros escolares de baixa qualidade. Um objectivo fundamental das políticas de integração social deve ser o de evitar os guetos escolares, para o que as autoridades devem adaptar os sistemas escolares e intensificar os recursos incluindo medidas de acção positivas.

Alguns manuais escolares contêm elementos xenófobos e considerações negativas sobre as etnias, culturas e religiões diferentes das que são maioritárias. Estas situações constituem graves violações dos direitos de numerosas pessoas e são contrárias à integração. Em alguns Estados-Membros, as medidas a favor da integração devem incluir a revisão de tais textos e a sua substituição por outros de carácter plural. Impõe-se uma abordagem intercultural no sistema educativo, tendo em conta o facto de que a integração é processo em dois sentidos.

Em numerosos casos, os imigrantes não têm acesso aos sistemas de formação continua, o que dificulta a promoção profissional no trabalho. Também é necessário que as autoridades dediquem mais recursos a promover a formação dos imigrantes adultos, e especialmente das mulheres. Muitas experiências indicam que, em determinadas circunstâncias, as mulheres permanecem em situações extremas de isolamento social.

A formação fomenta a igualdade de oportunidades entre as pessoas e, conseqüentemente, é necessário que as políticas de educação dos Estados-Membros eliminem as desigualdades de formação de que são alvo alguns imigrantes e membros das minorias étnicas.”

Não serão estes comentários aplicáveis à realidade dos nossos dias, aqui, em Portugal? Ou servirão apenas para lermos as dificuldades dos nossos emigrantes na década de 60 quando, sem passaportes e sem papéis (isto é, ilegais), trabalhavam em França, na Alemanha, no Luxemburgo, na Bélgica...? Pensar é preciso... I

1. Entre 1990 e 2000 a população nos EUA aumentou em 33 milhões de pessoas. Entre 1995 e 2000 a imigração implicou 40% de crescimento da população.
2. Relatório da Comissão sobre dados da ONU, Ameco e Eurostat.

OPINIÃO

Sob o signo do ataque à Democracia

Nuno Maciel*

Prestes a completarem-se trinta anos sobre a revolução do 25 de Abril que consagrou as mais amplas liberdades e permitiu um novo modelo de sindicalismo amplo e democrático, com a subida deste Governo ao poder, o movimento sindical português assiste paulatinamente a um retrocesso que se iniciou no período do “Cavaquismo”, atenuou-se com o “Guterrismo” mas que agora com o “Barrosismo” voltou com toda a sua impiedosa e despu-dorada fúria.

Não será por acaso que uma das figuras mais envolvidas nesta campanha orquestrada e redutora dos direitos, garantias e liberdades sindicais, dê pelo nome de M.F. Leite ex-secretária de estado, ex-ministra da educação e actual ministra das finanças grande responsável pelos não-aumentos a muitos dos funcionários públicos portugueses pelo segundo ano consecutivo. Acobertados por um Governo que assenta nas premissas do progressivo desmantelamento da Administração Pública portuguesa para posterior entrega à iniciativa privada, a ministra e seus acólitos Bagão Félix e David Justino mentores de milhentas “reformas” para salvar o país (não se sabe bem de quê ou de quem), aprestam-se para dar mais uma machadada nos direitos e liberdades de umas largas centenas de cidadãos pensantes deste país.

O VIII Congresso Nacional de Professores promovido pela Federação Nacional de Professores e apazado para os dias 17, 18 e 19 de Março e que decorrerá na Figueira da Foz poderá ver negada a autorização de dispensa aos docentes que do norte ao sul do país, não esquecendo as Regiões Autónomas e os professores no estrangeiro, se aprestavam (à semelhança dos sete Congressos anteriores)



a nele participar, interiorizada que estava a ideia de que em conjunto com diversas personalidades, convidados e colegas de outros cantos do mundo, os três dias de intensa reflexão e profícuo debate se assumiram como um espaço fundamentalmente enriquecedor nas vertentes profissional, social e humana de todos os participantes.

Se tomar esta medida o Governo pretenderá calar a voz daquela que é em simultâneo a mais representativa e incómoda estrutura sindical docente do nosso país, procurando retirar o brilho a este grande Congresso, limitando o número de participantes, pois alguns sentir-se-ão inibidos a terem de descontar nos seus dias de férias para participarem numa iniciativa que legitimamente se deve enquadrar na sua formação profissional e pessoal.

Mas esta aleivosa medida teria também de ser enquadrada numa política global de ataque cerrado aos direitos dos dirigentes, delegados e activistas sindicais que diariamente são confrontados com ameaças, veladas ou não, chantagens e pressões de todo o tipo que acarretam atrás de si instabilidades psicológicas bem como incontáveis prejuízos de vária ordem.

É, portanto, neste contexto que os sindicalistas portugueses se confrontam com inúmeras dificuldades no exercício da sua actividade no entanto o clima difícil e desfavorável nunca poderá dar lugar a qualquer esmorecimento.

O VIII Congresso da FENPROF mesmo com as evidentes dificuldades já enunciadas, decerto não deixará de se constituir como um momento de grande reflexão e debate sobre o estado da educação e ensino do nosso país em mais uma prova inequívoca da enorme pujança da nossa Federação Nacional de Professores. I

*Dirigente do SPRA e da FENPROF

CONCERTOS

“Amigos da Orquestra do Algarve”

Para o início da terceira temporada de concertos, em Março de 2004, a Direcção da Associação Musical do Algarve pretende reforçar institucionalmente as relações com os “Amigos da Orquestra do Algarve”.

A colaboração dos “Amigos” é imprescindível para o sucesso e a qualidade da nossa Orquestra e dos nossos concertos.

Os “Amigos” que aceitarem a nossa proposta recebem um cartão personalizado que lhes permite fazer marcações antecipadas de lugares nos espectáculos, usufruir de descontos nos CDs e merchandising da Orquestra, receber mensalmente toda a informação detalhada sobre os concertos e o boletim informativo da Orquestra do Algarve “Notícias”.

Futuramente o cartão de “Amigo da Orquestra”, irá permitir outras valências que a Direcção da Associação Musical do Algarve pretende que sejam implementadas até ao final de 2004.

Para se tornar “Amigo da Orquestra do Algarve”, basta manifestar por escrito a sua intenção, facultando os seus dados e modalidade de pagamento (cheque, dinheiro). As quotas têm um valor simbólico de 10 euros por trimestre a título de donativo à Associação Musical do Algarve, das quais será sempre emitido um recibo que poderá colocar como despesa na sua declaração de rendimentos. |

José Carlos Ferreira



Concertos de Primavera Março de 2004

Dia 13, sábado - Auditório da Universidade do Algarve, Campus de Gambelas; Dia 19, sexta-feira - Igreja Matriz de Portimão; Dia 20, sábado - Igreja do Carmo, em Faro; Dia 27, sábado - Igreja do Carmo, em Tavira.

Os concertos começam às 21h30. Serão interpretadas obras de Beethoven, Debussy, Haydn, Lopes Graça, Mendelssohn, Mozart e Sousa Carvalho, com direcção dos maestros Álvaro Cassuto, João Tiago Santos, Manuel Teixeira Ferreira e Vasco Pearce de Azevedo.

Mais informações pelo telefone 289 860 890 pelo fax: 289 860 899 e pelo e-mail: info@orquestradoalgarve.com |

Senado da Universidade de Coimbra aprova “honoris causa” a José Saramago

O Senado da Universidade de Coimbra aprovou a atribuição do grau de doutor “honoris causa” ao escritor José Saramago, comunicou o Reitor, Fernando Seabra Santos.

O doutoramento do Prémio Nobel da Literatura 1998 foi proposto ao Senado universitário pela Faculdade de Letras. A aprovação da distinção de José Saramago não registou votos contra, tendo havido, no entanto, “duas ou três abstenções”, indicou o reitor da Universidade de Coimbra.

“Parece justo, oportuno e universitariamente relevante que seja concedida a José Saramago a distinção máxima que uma universidade pode atribuir”, sustentavam o catedrático Carlos Reis (antigo director da Biblioteca Nacional) e a professora auxiliar Ana Paula Arnaut na proposta de concessão do doutoramento apresentada em meados de Janeiro ao Conselho Directivo da Faculdade de Letras.

De acordo com aqueles docentes, “a obra literária de José Saramago constitui hoje, no seu conjunto, um marco de incontestável relevância



na literatura portuguesa dos últimos 30 anos”.

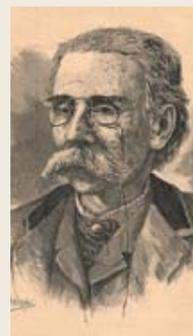
Ao atribuir o grau de doutor a José Saramago, sublinhavam os proponentes, a Universidade de Coimbra distinguirá “não apenas um escritor e a sua obra” mas “também a cultura que nele se plasma, o idioma em que essa cultura se notabiliza e a projecção universal que ambos colhem do labor de um grande escritor da Língua Portuguesa” |

Lusa, 5/02/2004

Camilo Castelo Branco

Nova casa-museu e congresso em 2005

Camilo Castelo Branco in *Almanaque da Revista Ilustrada para o ano de 1891*



A nova Casa-Museu dedicada a Camilo Castelo Branco será inaugurada no dia 16 de Março do próximo ano, em S. Miguel de Ceide, no concelho de Famalicão, precisamente na data em que serão assinalados os 180 anos do nascimento do escritor. As obras decorrem num terreno muito próximo do local onde Camilo viveu com Ana Plácido.

A casa-museu terá salas para um centro de estudos, auditório para 200 pessoas, gabinetes de trabalho, biblioteca e zona de exposições.

Entretanto, estão já a decorrer os trabalhos preparatórios do 2º Congresso Internacional dedicado ao autor de “Amor de Perdição”, iniciativa que decorrerá também em Março de 2005, subordinado ao tema “A retórica na ficção camiliana”. Maria de Lurdes Ferraz, Maria Alzira Seixo, João Bigote Chorão e José Alves Pires, além do director da casa-museu, Aníbal P. Castro, integram a comissão que dinamiza o trabalho preparatório deste congresso. |

JPO

Nova colecção de livros sobre Comunicação

“Os Donos da Notícia - Concentração da Propriedade dos Média em Portugal”, de Elsa Costa e Silva, e “Weblogs - Diário de Bordo”, de Elisabete Barbosa e António Granado, são os primeiros livros da *Colecção Comunicação*, da Porto Editora, que foi apresentada no passado dia 12 de Fevereiro, na FNAC do NorteShopping.

O livro de Elsa Costa e Silva, jornalista do “Diário de Notícias” no Porto, foi apresentado por Paquete de Oliveira, enquanto João Canavilhas fez a apresentação da obra de Elisabete Barbosa, ex-jornalista, e António Granado, do matutino “Público”. |

NetPISTAS

Sugestões de navegação

Associação Gaita de Foles: www.gaitadefoles.net

Instituto Bento de Jesus Caraça: www.ibjc.pt

Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores: www.intradop.info/

Floresta Amazónica: www.amazonia.org.br/

FESTIVAIS

Kila (Irlanda)

Festival Intercéltico do Porto

Espectáculos em Abril na Invicta, Lisboa, Montemor-o-Novo e Arcos de Valdevez



Seguindo o modelo adoptado na última edição, o Festival Intercéltico do Porto de 2004 vai realizar-se entre os dias 1 e 3 de Abril, com concertos na Invicta, em Lisboa, em Montemor-o-Novo e em Arcos de Valdevez, de acordo

com a seguinte programação:

Porto (Rivoli - Teatro Municipal):

Dia 1- At-Tambur (Portugal) e Marta Sebestyén / Muzsikàs (Hungria)

Dia 2 - Realejo (Portugal) e Atlântica

(Cantábria);

Dia 3 - Frei Fado d'El Rei (Portugal) e Kila (Irlanda)

Lisboa (Centro Cultural de Belém):

Dia 1 - Kila (Irlanda)

Dia 2 - Marta Sebestyén / Muzsikàs (Hungria)

Dia 3- Kepa Junkera (País Basco)

Montemor-o-Novo (Cine Teatro Curvo Semedo):

Dia 2 - Kila (Irlanda)

Dia 3 - Marta Sebestyén / Muzsikàs (Hungria)

Arcos de Valdevez (Auditório - Casa das Artes):

Dia 2 - At-Tambur (Portugal)

Dia 3 - Atlântica (Cantábria)

Filarmónica de Munique em Lisboa



Sob a direcção do prestigiado maestro (e pianista) James Levine, o Ciclo “Grandes Orquestras Mundiais” apresenta no Coliseu dos Recreios de Lisboa, no dia 22 de Junho (terça-feira), às 21h00, a Orquestra Filarmónica de Munique, fundada em 1893, que executará a Sinfonia nº 7 de Gustav Mahler.

Em Julho próximo, Levine passará a dirigir a Sinfónica de Bóston.

Informações da bilheteira pelo telefone 213240580. |

Protocolo CM de C. Branco/Belgais

A Associação Belgais, centro para o estudo das artes fundado pela pianista Maria João Pires, e a Câmara Municipal de Castelo Branco assinaram recentemente um protocolo, ao abrigo do qual a associação passa a ficar com a responsabilidade da direcção, gestão, execução e desenvolvimento de toda a programação cultural, de âmbito municipal, do concelho albacastrense. |

Palhaço Companhia em digressão

Até ao último dia do ano, o palhaço “Companhia” percorre todo o País para animados espectáculos, onde não falta a música, destinados aos mais pequenos. As entidades interessadas podem contactar a organização pelo telefone 218166154. |



“Aida” nos Coliseus

“Aida”, a histórica ópera de Giuseppe Verdi, será apresentada nos Coliseus do Porto (15 e 16 de Março) e de Lisboa (18 a 21), com a participação da Orquestra do Teatro Estatal da Ópera de Varna (Bulgária).

Um drama de amor e traição no Egipto Antigo é o tema central de “Aida”, encomendada a Verdi para comemorar a inauguração do Canal do Suez. |

FOTOGRAFIA



Quatro portugueses na final do Prémio Europeu de Fotografia

Luís Ramos e Daniel Rocha, ambos repórteres fotográficos do matutino “Público”, Leonel de Castro, do “Jornal de Notícias”, e António Pedro Santos, são os jornalistas seleccionados pela “Fujifilm Portugal” para participarem na Grande Final do Prémio Europeu de Fotografia de Imprensa que decorrerá em Roma de 24 a 26 de Abril próximo.

No concurso nacional, Luís Ramos venceu na categoria *Desporto* com uma foto do Campeonato do Mundo de Parapente realizado no ano passado, em Montalegre (distrito de Vila Real) e Daniel Rocha, na categoria *Técnica*, com uma foto de S. Tomé e Príncipe. António Pedro Santos foi distinguido na categoria *Grande Reportagem* por uma imagem dos Sem-Terra, do Brasil. Quanto a Leonel de Castro, venceu na categoria *Notícias*, com uma foto sobre incêndios, além de ter recebido uma menção honrosa na categoria *Grande Reportagem*.

Entre os concorrentes portugueses foram ainda distinguidos, com menções honrosas, Gonçalo Rosa da Silva, nas modalidades *Notícias* e *Grande Reportagem*; António Cotrim Dias, na categoria *Desporto*; e Alfredo Cunha, na modalidade *Notícias*. |



Porto Exposições no Centro Português de Fotografia

Até 14 de Março podem ser visitadas exposições com trabalhos de Marcelo Buainaim, Jane Evelyn Atwood, Mário Marques e Alfredo Jaar, na antiga Cadeia da Relação do Porto, hoje Centro Português de Fotografia. Aqui ficam, pela ordem respectiva, os temas das referidas exposições: “Bahia, saga e misticismo”; “Tanta dor”; “Para além do instante” e “Toda a dor do Mundo”. |